

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**
Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade
Período de Análise: outubro de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico Biodiesel Br
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital

Índice

"O uso seguro de agrotóxicos é um mito", afirma especialista – Sítio Eletrônico do MST – 01/10/2010	4
País não cumpre meta nacional de proteção à biodiversidade marinha – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida – 03/010/2010	9
Desmate cai 47% na Amazônia no mês de agosto, diz governo – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – 08/10/2010	11
Pará lidera ranking de desmatamento – Estado de São Paulo – Vida – 09/10/2010	11
Brasil pode travar acordo global de biodiversidade – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 09/10/2010	12
Protocolo sobre benefícios pode atrasar no Japão – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 09/10/2010	13
Bancadas verde e ruralista travarão duelo – Nancy Dutra e Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Poder – 11/10/2010	13
Pecuária é a principal vocação da região, dizem pesquisadores – Giuliana Miranda – Folha de São Paulo – 11/10/2010	15
Pantanal terá índice de sustentabilidade – Giuliana Miranda – Folha de São Paulo – Ciência – 11/10/2010	15
A batalha da biodiversidade – Cláudia Sarmento – O Globo – Ciência – 15/10/2010	16
Dez anos para salvar a natureza – Cláudia Sarmento – O Globo – Ciência – 19/10/2010	18
Na China, 177 países tentam facilitar acordo para o clima – Sítio Eletrônico da CNA – 05/0/2010	19
Brasil será protagonista nas negociações da Convenção da Biodiversidade – Sítio Eletrônico do MMA – 05/10/2010	20
Desmatamento registra nova queda em agosto – Sítio Eletrônico do MMA – 08/10/2010	23
Biodiversidade desconhecida – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 12/10/2010	25
Planeta perdeu 30% de recursos naturais – Estado de São Paulo – Vida – 13/10/2010	26
Ambientalistas opõem-se ao desenvolvimento? – José Goldenberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/10/2010	27
Conferência da ONU sobre biodiversidade começa hoje – Sítio Eletrônico da CNA – 18/10/2010	29
A sustentabilidade entrou na agenda – Sérgio Magalhães – O Globo – Opinião – 21/10/2010	30
A conta da natureza – O Globo – Ciência – 21/10/2010	31
Apoio oficial a frigoríficos incentivou desmate – O Estado de São Paulo – Capa – 24/10/2010	32
Apoio do BNDES a frigoríficos ajudou a desmatar Amazônia, afirma TCU – Marta Salomon – O Estado de São Paulo – Vida – 24/10/2010	32
Lei de biodiversidade trava inovação – Afra Balazina – O Estado de São Paulo – Vida – 24/10/2010	33

Agricultura amazônica pode chegar a 8.000 anos – Reinaldo José Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 24/10/2010	35
Ideia de "mata virgem" passa por uma revisão – Folha de São Paulo – Ciência – 24/10/2010	36
Um olhar sobre a COP 10 – Ricardo Young – Folha de São Paulo – Opinião – 25/10/2010	37
Floresta alugada começa a dar madeira – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 25/10/2010	37
Ministra aborda em Nagoia a valoração da biodiversidade – Sítio eletrônico do MMA – 25/10/2010- Carine Corrêa	39
Brasil anuncia novas ações para combate à mudança do clima – Sítio Eletrônico do MMA – 25/10/2010	40
Floresta para explorar – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 26/10/2010...	41
Amazônia ganha 1 espécie a cada 3 dias – Folha de São Paulo – GIULIANA MIRANDA -Ciência – 26/10/2010.....	42
Lei nacional do clima tem regulamentação incompleta adiada – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 26/10/2010	43
Agricultura é essencial para redução de gases de efeito estufa – Sítio Eletrônico do MAPA – 26/10/2010.....	44
Emissões de gases-estufa caem 19% e chegam ao menor nível desde 1995 – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida – 27/10/2010.....	45
Amorim vê acordo do clima só em 2012 – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 27/10/2010	47
Uso da terra pode barrar produção - TATIANA FREITAS – Folha de São Paulo – Mercado – 27/10/2010	48
Biodiversidade em perigo – O Globo – Opinião – editorial – 27/10/2010.....	50
O fim do otimismo verde – O Globo – Ciência – 27/10/2010.....	51
Fundo nacional para mudanças climáticas é regulamentado – Sítio Eletrônico do MAPA – 27/10/2010.....	52
Sociedade global precisa reverter deterioração da biodiversidade – Sítio eletrônico do MMA – 27/10/2010	52
Ministra defende mais investimentos para áreas protegidas na Amazônia – Sítio eletrônico do MMA – 27/10/2010	54
Bicho-papão do mercado – O Globo – Ciência – 28/10/2010.....	56
Biodiversidade amazônica: tesouro a ser descoberto – Sítio Eletrônico do MMA – 29/10/2010	57
Serviço Florestal ultrapassa 1 milhão de hectares em concessão – Sítio Eletrônico do MMA – 29/10/2010	60
Países alcançam acordo da biodiversidade - RICARDO MIOTO – Folha de São Paulo – Ciência – 30/10/2010	62
PRINCIPAIS PONTOS DO PROTOCOLO DE NAGOYA – Folha de São Paulo – Ciência – 30/10/2010	63
Convenção de Copenhague salvou Nagoya do fracasso - CLAUDIO ANGELO – Folha de São Paulo – Ciência – 30/10/2010	64
Um acordo pela biodiversidade do planeta – Cesar Baima – O Globo – Ciência – 30/10/2010	64

"O uso seguro de agrotóxicos é um mito", afirma especialista – Site Eletrônico do MST – 01/10/2010

Raquel Rigotto, professora do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC), participou como palestrante do Seminário Nacional Contra o Uso de Agrotóxicos, realizado de 14 a 16 de setembro na Escola Nacional Florestan Fernandes – Guararema, São Paulo.

Coordenadora do Núcleo Tramas – Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, pesquisa a relação entre agrotóxicos, ambiente e saúde no contexto da modernização agrícola no estado do Ceará. Nesta entrevista, ela defende o debate sobre uso de agrotóxicos como um tema estratégico e critica a ideia de que é possível utilizá-los de forma segura.

Qual a importância da discussão sobre agrotóxicos na atual conjuntura?

Os agrotóxicos não podem ser vistos apenas como um conjunto de substâncias químicas que pode causar riscos químicos à saúde. Eles precisam ser entendidos no contexto em que são utilizados, que envolve o processo de modernização agrícola conservadora em curso no Brasil, que tem a ver com a reestruturação produtiva no campo e a divisão internacional da produção e do trabalho, na qual cabe ao Brasil a produção de commodities de origem agrícola.

Esse contexto mais geral precisa ser considerado, assim como o entendimento do agronegócio não apenas em sua dimensão de latifúndios e monoculturas, mas também como um subsistema técnico e político que envolve o capital financeiro, a indústria química, a indústria de biotecnologia, sementes, fertilizantes, tratores, enfim, toda a indústria metal-mecânica. Esse contexto determina a vulnerabilidade das populações aos agrotóxicos. E que populações são essas? Temos em primeiro lugar os trabalhadores das empresas, mas também outros segmentos de trabalhadores que são influenciados por esse processo, como os pequenos produtores. No Ceará, os pequenos produtores foram colocados na condição de parceiros do agronegócio, o que na verdade é uma forma de terceirização.

O cultivo de fumo no Rio Grande do Sul também é um exemplo disso, são pequenos produtores que estão completamente subordinados às exigências da indústria fumageira. Além desses trabalhadores, são atingidos os moradores dessas regiões. No Mato Grosso, há municípios completamente cercados pelo agronegócio, que atinge até mesmo a reserva do povo Xingu: há rios que nascem fora de sua área e cuja água já entra no território indígena contaminada por agrotóxicos.

Há também a questão dos consumidores de alimentos, que têm uma ingestão diária aceitável de veneno. É o 'veneno nosso de cada dia' na alimentação. E, ainda,

temos os trabalhadores que fabricam esses venenos. Há conflitos ambientais já identificados com esses trabalhadores de fábricas e as comunidades do entorno das fábricas, que são contaminadas. No nordeste, há uma fábrica de agrotóxicos que tem problemas sérios com 11 bairros na sua vizinhança por causa da sua contaminação atmosférica.

Além disso, a questão dos agrotóxicos é abrangente porque vai nos ajudar a resgatar a interrelação campo e cidade. Na medida em que o país se urbaniza, tendemos a pensar o Brasil como um país urbano – e há uma conotação simbólica de que isso nos aproxima mais do perfil dos países desenvolvidos e deixa para trás o ‘atraso do campo’ –, perdendo de vista que há uma dinâmica rural-urbana fundamental. Isso se expressa na produção de alimentos, na manutenção de riquezas naturais como a água, os microclimas, as chuvas (importantes para a cidade e ‘produzidas’ no campo) e também do ponto de vista da organização do campo. A concentração de terra, que expulsa pessoas das áreas rurais, faz com que as cidades fiquem cada vez mais ingovernáveis, por causa da migração e de todos os processos de degradação da qualidade de vida, como a violência, as drogas e outros. Enfim, faz com que toda a problemática ambiental urbana cresça.

Os agrotóxicos dão oportunidade para discutirmos tudo isso, e também para debatermos a ciência e seus limites hoje. Há substâncias químicas que nos mostram a insuficiência dos conhecimentos produzidos para que possamos ter alguma segurança ao lidar com elas. Um exemplo é o problema da exposição múltipla a vários ingredientes ativos, que ainda carece de respostas. São várias situações que nos colocam os limites da ciência e que também desafiam o Estado, porque não há como tratar os problemas dos agrotóxicos apenas como problema agrícola ou agrário, apenas como problema de saúde ou de meio ambiente. Esse é um problema que perpassa diversos setores das políticas públicas e exige uma atuação integrada, o que também é um exercício interessante de fazermos.

Na sua palestra no Seminário Nacional Contra o Uso de Agrotóxicos, foi destacada a importância de esclarecermos se estamos discutindo agrotóxicos e saúde ou agrotóxicos e doença. Qual a diferença entre as abordagens e o que isso significa para o debate?

Na cultura positivista que temos, existe uma certa tendência, tantos dos empresários como algumas vezes até da própria mídia, de procurar por agravos à saúde que pudessem ser atribuídos aos agrotóxicos, identificando e quantificando casos. É como se, para validar a questão dos agrotóxicos como um problema digno de atenção, relevante e urgente, dependêssemos disso, como se precisássemos ter

geração e comprovação da doença para começarmos a pensar no assunto e nos problemas dos agrotóxicos.

O que estamos propondo é que o conhecimento sobre a nocividade dos agrotóxicos está dado a priori, porque ao defini-los como agrotóxicos estamos dizendo que são biocidas, que fulminam a vida, e ao atribuir a eles uma classificação toxicológica que vai de pouco tóxico a extremamente tóxico também estamos deixando isso claro.

Não há nenhuma classificação que seja 'não-tóxico'. O mesmo acontece em termos da classificação ambiental, que se relaciona à resistência do solo, e aos estudos da biomagnificação, teratogênese, mutagênese e carcinogênese [referentes ao acúmulo de produtos tóxicos ao longo da cadeia alimentar e à possibilidade de anomalias e malformações fetais, mutações genéticas e desenvolvimento de câncer].

Então, os agrotóxicos já estão classificados nesse sentido. Não há que se perguntar se são veneno ou remédio, está claro que são um tipo de veneno. Esse potencial de dano está dado, e defendemos que não precisaríamos provar a existência do dano para postergar políticas públicas e iniciativas dos agentes econômicos para combater esse problema. Poderíamos, desde já, estar trabalhando na perspectiva de que existe um risco e um contexto de risco, partindo para o controle desses riscos.

Por que é difícil estabelecer relações entre exposição humana aos agrotóxicos e os danos à saúde?

Os efeitos crônicos causados pela exposição a agrotóxicos são muito diversificados. Cada composto e princípio ativo tem um perfil toxicológico e uma nocividade própria, e isso se relaciona a uma série de patologias que vão desde dermatoses até infertilidade, abortamento, malformações congênitas, cânceres, distúrbios imunológicos, endócrinos, problemas hepáticos e renais...

Mas todas essas patologias têm etiologias variadas, o que significa que podem ser causadas por outros elementos que não os agrotóxicos. E, como somos acostumados a fazer raciocínio muito linear entre doença e agente causal, isso fica muito complicado. É possível, por exemplo, quando uma empresa quer se negar a assumir suas responsabilidades, que ela diga que o trabalhador teve uma leucemia porque a família tem carga genética para isso.

Do ponto de vista epidemiológico, os estudos têm evidenciado essas correlações, demonstrando que populações mais expostas, comparando com não expostas, têm carga maior de doenças. Mas gerar essa informação é difícil. No caso do Ceará, o instituto que recebe a maioria dos cânceres hematológicos não tem na sua ficha de investigação o dado sobre a ocupação do trabalhador. Isso é um exemplo da

dificuldade que temos para fazer um perfil que relacione a ocupação e, por consequência, o contato com agrotóxicos, a uma determinada doença.

Existe um discurso muito difundido de que os agrotóxicos seriam uma necessidade para garantir a produção de alimentos, e de que sem eles ‘o mundo morreria de fome’. A partir daí, a proposta é desenvolver formas seguras de lidar com os agrotóxicos. Qual a sua opinião sobre isso? O ‘uso seguro’ é possível?

A ‘Revolução Verde’, que é o momento que marca na história da humanidade a questão dos agrotóxicos, aconteceu há cerca de 50 anos. A humanidade tem cerca de 8 mil anos de história conhecida na agricultura, e nós vivemos e nos alimentamos por todos esses milênios sem os agrotóxicos e transgênicos (o que é um outro argumento muito comum agora, de que, de repente, não podemos mais viver sem os transgênicos).

É claro, há relatos de que desde os povos mais antigos havia uso de algumas substâncias para controle de pragas e de processos de cultivo, a humanidade tem um acúmulo nesse sentido. Estou me referindo a esse uso massivo de agrotóxicos, estimulado pela indústria química, que pode fazer propaganda na televisão, ter isenção de impostos como o ICMS, IPI, Cofins, PIS/Pasep.

Então, a primeira coisa importante de tomarmos consciência é que já vivemos muitos anos como humanidade sem os venenos, e que depois do uso de venenos a produtividade da agricultura certamente elevou-se, mas a segurança e a soberania alimentar da humanidade não. Continuamos tendo quase um bilhão de pessoas desnutridas ou subnutridas no mundo, então está clara que essa não é uma crise que seja explicada pela subprodução, mas sim pela má distribuição. Isso se deve ao fato de que aquilo que o agronegócio e a modernização agrícola produzem não são alimentos, mas sim commodities, o que é muito diferente. Há todo um aparato jurídico, institucional, legal, para regular o uso de agrotóxicos e o que vemos é que esse aparato não tem sido eficaz. O que se vê é que, desde o processo de normatização, houve interferência.

Temos documentos dos produtores de agrotóxicos em que afirmam a sua estratégia de interferir no processo regulatório, fazer lobby, interferir na capacitação dos servidores públicos e dos operadores de direito que lidam com essa área. Então, desde o início da regulação, há problemas. Quantos desses estatutos que estão previstos na legislação funcionam efetivamente? O receituário agrônomo não funciona e há pouquíssimos laboratórios, no país inteiro, que são capazes de fazer análise da água e da contaminação humana por agrotóxicos.

Estamos agora no processo de revisão da Portaria 518, que diz respeito à potabilidade da água para consumo humano, e um dos grandes dramas é esse: podemos colocar lá todos os 450 ingredientes ativos de veneno registrados que temos no Brasil, mas onde vão ser analisados para cada uma das prefeituras de cada um dos quase 6 mil municípios do nosso país? Não temos essa capacidade instalada.

Fazemos o licenciamento ambiental desse empreendimento, mas não temos condições de monitorar se as condicionantes e requisitos colocados no licenciamento são cumpridos, porque não há fiscal, não tem diária, não tem aparelho e laboratório. Há também uma série de argumentos que foram trazidos pelo Censo Agropecuário, através do qual podemos constatar que há mais de 5 milhões de estabelecimentos com mais de 16 milhões de trabalhadores rurais dos quais um número significativo é de crianças, com escolaridade considerada baixa. Como podemos pensar em uso seguro numa vastidão dessa? A assistência técnica é precária. O Censo mostra que as propriedades que mais receberam assistência são aquelas acima de 200 hectares, ou seja, há milhões de propriedades de pequenos produtores que estão à revelia de assistência técnica. Como podemos imaginar que o uso seguro acontecerá assim? Qualquer pessoa pode chegar a uma loja e comprar o veneno que o balconista estiver interessado em vender e usar do jeito que o balconista ensinar. É muito difícil pensar em uso seguro assim.

Você falou em sua palestra que há um despreparo dos profissionais de saúde e do próprio SUS para lidar com essa questão. Como isso acontece?

Do ponto de vista da Política Nacional de Saúde do Trabalhador, temos previstas ações que vão desde a atenção básica – que seria principalmente através da Estratégica de Saúde da Família – até os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerests), com ações hierarquizadas.

A proposta é muito interessante. Mas o que vemos, especialmente no Ceará, é que a forma como o SUS chega aos territórios que sofreram profundas transformações pelos processos de modernização agrícola é insuficiente. Os profissionais da atenção primária estão completamente absorvidos pela assistência médica, têm pouco tempo de fazer as outras ações pensadas para sua atuação e conhecem muito pouco a dinâmica viva dos territórios em que as unidades de saúde estão inseridas.

Então, têm poucas notícias sobre a instalação de empresas de agronegócio, não sabem se há trabalhadores migrantes que vêm para atender demanda de força de trabalho sazonal, para, por exemplo, a colheita do melão (que é um caso muito comum), que estão sem suas famílias e que isso causa a expansão de uma rede de prostituição — o que gera outros problemas, como gravidez indesejada na

adolescência, uso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis, inclusive Aids. Então, para o sistema de saúde que está ali absorvido em diagnosticar e tratar doenças – embora estejamos tentando superar esse paradigma, isso nem sempre é possível –, é difícil enxergar essas dinâmicas.

A resposta às novas necessidades de saúde tem sido insuficiente, é isso que mostrou o estudo realizado pela Vanira Mattos na UFC. Nos Cerests, há experiências ricas pelo Brasil afora, mas estou falando de um olhar local do Ceará. Ainda não conseguimos, ao longo dos três anos da nossa pesquisa, envolvê-los no atendimento a esses trabalhadores, nem desenvolver conjuntamente as ações de vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e em saúde do trabalhador, que ainda não estão acontecendo adequadamente.

País não cumpre meta nacional de proteção à biodiversidade marinha – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida – 03/010/2010

Às vésperas da divulgação do maior estudo global já feito sobre a biodiversidade dos mares e faltando apenas duas semanas para o início da mais importante conferência sobre a biodiversidade do planeta, o Brasil ainda enfrenta enormes dificuldades para conhecer e proteger seus vastos ecossistemas oceânicos.

Estima-se que menos de 10% das espécies marinhas brasileiras sejam conhecidas. E apenas 1,5% dos ecossistemas costeiros e marítimos do País está protegido por lei – muito abaixo da meta de 10% estipulada para este ano.

“De fato, houve pouco avanço”, reconhece o secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Braulio Dias. “A zona marinha é a que tem a menor proporção de áreas protegidas no Brasil.”

A meta de 10% foi estipulada em dezembro de 2006 pela Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio), como parte do esforço brasileiro para o cumprimento dos objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) das Nações Unidas, que realizará sua décima Conferência das Partes (COP 10) no fim deste mês, em Nagoya, no Japão.

A meta para a Amazônia (30%) foi cumprida. Mais de 40% da floresta está sob alguma forma de proteção, dentro de terras indígenas ou unidades de conservação estaduais e federais. Mas a da “Amazônia Azul”, como se costuma chamar os 4,2 milhões de quilômetros quadrados do território brasileiro que estão cobertos de água, afundou no esquecimento.

A maior parte do 1,5% protegido está, na verdade, em ambientes terrestres associados à zona costeira, como restingas, praias e manguezais. E, ainda assim, a lacuna de proteção é grande.

Segundo o Panorama da Conservação dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos no Brasil, um estudo inédito que deverá ser lançado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) até o fim do ano, somente 18% dos estuários (áreas onde os rios

encontram o mar), por exemplo, estão em áreas protegidas. Esse índice cai para quase zero (0,2%) quando se considera apenas as unidades de proteção integral, onde não são permitidas atividades de exploração econômica.

No caso dos manguezais, um ecossistema crítico para a reprodução de várias espécies marinhas, o percentual total de proteção chega a animadores 75%, incluindo áreas de proteção ambiental (APAs) ocupadas por fazendas de camarão e outras atividades comerciais. Mas cai para desanimadores 13% quando se considera apenas as unidades de preservação integral.

No ambiente estritamente marinho, a proteção é mínima, sempre limitada às áreas próximas da costa ou ao entorno de ilhas. Não há nenhuma unidade de conservação 100% marinha.

Segundo o relatório do MMA, o bioma marinho representa “a grande lacuna” do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), “demandando medidas urgentes visando ao planejamento de sua conservação”.

O único consolo, talvez, é que o Brasil não está sozinho nessa história. Globalmente, também, menos de 1% dos oceanos está protegido, apesar da meta da Organização das Nações Unidas de chegar a 10% até 2012.

Lacuna científica.

O problema não é só político. A falta de informações científicas sobre o que vive de baixo d'água também dificulta a elaboração de estratégias e políticas de proteção marinha. “Fazer conservação sem informação é muito complicado”, diz a bióloga Monica Peres, especialista na avaliação de espécies marinhas ameaçadas.

Com 10,8 mil quilômetros de costa, estendendo-se desde 4 graus de latitude norte até 34 graus de latitude sul, o Brasil tem uma das maiores e mais diversificadas combinações de ecossistemas costeiros e marítimos do planeta. Apesar disso, sua biodiversidade marinha conhecida é relativamente pobre, comparada à de outros países.

Segundo o biólogo Antonio Marques, porém, a maior falta não é de espécies, mas de pesquisas e pesquisadores suficientes para estudá-las. Proporcionalmente, segundo ele, o Brasil tem cerca de 15% das espécies conhecidas de vertebrados no mundo e 13% das de insetos. No grupo dos “invertebrados não insetos” – a maioria dos quais vive no mar, como águas-vivas, polvos, lulas, caranguejos, lagostas, mariscos, esponjas e corais – essa proporção cai para 6%.

“Seis por cento das espécies do mundo num único país não é pouca coisa, mas não há como negar que a nossa biodiversidade marinha é amplamente desconhecida”, afirma Marques, do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. “Eu considero isso uma vergonha.”

O conhecimento disponível, segundo ele, além de insuficiente, está altamente concentrado no litoral de São Paulo, Rio e Santa Catarina. “Sobre o Nordeste ainda sabemos muito pouco. E sobre o Norte, quase nada.”

Estudos mostram que a composição de espécies marinhas pode variar muito de uma área para outra, mesmo entre regiões próximas da costa, por causa de variações de corrente, temperatura, composição química da água e tipo de substrato.

“Temos muitas espécies, certamente. O que não temos é uma concentração tão forte quanto a que ocorre em outros locais, como no Caribe”, avalia Antonio Solé Cava, diretor do Instituto de Biologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Desmate cai 47% na Amazônia no mês de agosto, diz governo – Claudio Angelo –
Folha de São Paulo – 08/10/2010

A taxa de desmatamento da Amazônia caiu 47% em agosto, mês em que as queimadas explodiram no Brasil. O dado é do Deter, o sistema de detecção do desmatamento em tempo real do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). A queda se refere a agosto de 2009. O número será divulgado hoje em Brasília pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que antecipou sua apresentação -prevista só para a semana que vem. Inevitavelmente, o dado será usado na campanha presidencial como credencial verde da candidata do governo, Dilma Rousseff. Foram 265 km² desmatados no mês, contra cerca de 500 km² em agosto de 2009 e 485 km² em julho deste ano. É um número positivo para inaugurar a série de dados de 2011 (o desmatamento é medido de agosto de um ano a julho do ano seguinte), e também uma surpresa. Afinal, em agosto as queimadas tiveram um aumento de 300% em todo o país. Por conta dos incêndios, a degradação florestal medida pelo sistema de monitoramento por satélite do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) cresceu 241% em agosto de 2010. O desmatamento, porém, caiu 23%, diz o Imazon. "Se a gente juntasse a degradação ao corte raso, [a taxa] explodiria [em agosto]", diz Adalberto Veríssimo, pesquisador do instituto.

NO

MUNDO

Um novo levantamento da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) indica que, nesta década, o desmate em 121 países tropicais foi menor do que nos anos 1990. Os números: 9,34 milhões de hectares anuais, contra 11,33 milhões na década passada.

Pará lidera ranking de desmatamento – Estado de São Paulo – Vida – 09/10/2010

O desmatamento na Amazônia em agosto deste ano atingiu uma área de 265,1 quilômetros quadrados – área equivalente a quase o território de Santos, no litoral paulista. O Estado que mais desmatou no período foi o Pará, com 134,1 quilômetros quadrados de floresta derrubada (área comparável à do Guarujá).

Em segundo lugar ficou Mato Grosso, com 54,9 km².

Em agosto, o País enfrentou um longo período de seca e houve uma explosão das queimadas. Mesmo assim, comparando-se com o mesmo mês em 2009, houve uma queda de 47% na taxa de desmate (498,1 quilômetros quadrados) e de 45,3% se a comparação for com a taxa do mês de julho deste ano – quando foram desflorestados 485,1 quilômetros quadrados.

“Os índices vêm mantendo uma tendência de queda”, afirmou ontem Izabella Teixeira, ministra do Meio Ambiente.

Os dados são do sistema Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

O objetivo do sistema é fazer alertas para auxiliar os órgãos de controle na fiscalização. São observados pelo Deter polígonos de desmatamento maiores que 25 hectares.

De acordo com a ministra, está praticamente pronto um novo sistema de monitoramento do desmate. Ele é chamado de Indicador de Desmatamento por Imagens e Radar (Indicar).

A vantagem desse sistema com radar é que será possível ver o desflorestamento sob as nuvens.

Serão utilizados dados da agência espacial japonesa, captados pelo satélite Alos. O Indicar terá a capacidade de identificar áreas desmatadas acima de 10 hectares (ou seja, verá mais que o Deter).

Queimadas. Segundo o Inpe, até anteontem, o Brasil registrava um total de 131,6 mil focos de incêndio neste ano – um aumento de 124% em relação a 2009 e de 34,3% em relação a 2008.

Brasil pode travar acordo global de biodiversidade – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 09/10/2010

O Brasil chegará à Conferência da Biodiversidade de Nagoya, que começa neste dia 18, exigindo pelo menos US\$ 1 bilhão por ano dos países ricos para a proteção da fauna e da flora até 2020. Também demandará a aprovação de um acordo, há muito protelado, que estabelece pagamento pelo uso da diversidade biológica pelas indústrias de alimentos, fármacos e cosméticos. Sem dinheiro na mesa e sem o protocolo, o país deve travar as negociações da COP-10 (10ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica), nome oficial da reunião do Japão. Isso significa não apoiar os dois pontos que os anfitriões estabeleceram como objetivos da conferência: a redefinição de metas para proteção dos ecossistemas até 2020 e a criação de um painel científico para avaliar o conhecimento sobre a biodiversidade – o IPBS, uma espécie de IPCC biológico. Para o Brasil, ou Nagoya aprova o pacote completo ou não aprova nada.

BILHÕES

E

BILHÕES

"Precisamos de recursos cem vezes maiores do que os atuais se quisermos cumprir o objetivo que os europeus vêm defendendo, de sustar toda a perda de biodiversidade até 2020", diz Bráulio Dias, secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Só conservar a biodiversidade hoje exigiria recursos de US\$ 50 bilhões por ano. "Nós não precisamos mais ter "soft law" [acordos voluntários], precisamos ter coisas de caráter compulsório, que obriguem os países", disse à **Folha** a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Ela chefiará a delegação brasileira no encontro, que marca o Ano Internacional da Biodiversidade.

Assinada em 1992 no Rio, a Convenção sobre Diversidade Biológica, ou CBD, teve destino bem diverso do de seu acordo gêmeo, a Convenção do Clima.

Enquanto esta produziu um mecanismo de implementação -o Protocolo de Kyoto- e ganhou a atenção da opinião pública, a CBD jamais conseguiu ser plenamente posta em vigor.

Sua frouxa meta de "reduzir significativamente" a perda de biodiversidade até 2010, acordada em 2002 em Johannesburgo, não foi cumprida por nenhum de seus 193 signatários.

Isso se deve em parte à própria complexidade da convenção, que precisa lidar com temas tão diversos quanto unidades de conservação, repartição de benefícios para comunidades tradicionais e transgênicos. A agenda do clima também acabou "sequestrando" a da biodiversidade. A proteção às florestas acabou "pulando" para o debate climático, na forma do Redd (mecanismo de redução de emissões por desmatamento). Hoje o Redd conta com US\$ 4 bilhões, enquanto o GEF (Fundo Ambiental Global), criado na Eco-92 para financiar a CBD, tem apenas US\$ 300 milhões.

Protocolo sobre benefícios pode atrasar no Japão – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 09/10/2010

O hiato entre ricos e pobres nas negociações sobre biodiversidade tem impedido a aprovação do chamado protocolo de ABS (sigla de Acesso a Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios).

Há quatro anos, na COP-8, em Curitiba, foi definido que o protocolo teria de ficar pronto em 2010.

Países desenvolvidos resistem a remunerar o conhecimento tradicional e o acesso a recursos genéticos em outros países, alegando que os direitos de propriedade são difusos e que tal pagamento desestimularia a indústria.

"Eles dizem que o ABS é uma barreira, que você vai ter de pagar para ter acesso ao milho", diz a ministra Teixeira. "Não é verdade." Segundo ela, há listas de produtos que serão sujeitos a ABS que podem ser discutidas. "Na lista de alimentos o Brasil só tem a mandioca", conta.

"As pessoas se escondem na polarização", diz ela. "Toda vez que você puxa uma agenda programática tem conflito, porque alguém tem de financiar isso", continua. (CA)

Bancadas verde e ruralista travarão duelo – Nancy Dutra e Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Poder – 11/10/2010

As bancadas ruralista e ambientalista do Congresso saíram das urnas com novas lideranças para defender seus interesses. Um dos primeiros temas a dividir os parlamentares será a discussão do novo Código

Florestal, aprovado em setembro em comissão da Câmara. O texto está pronto para entrar na pauta do plenário, mas ainda não há acordo sobre a data de votação. "Produtor não pode pagar a conta pelos problemas ambientais", defende Jerônimo Goergen (PP-RS), coordenador da frente para o agronegócio na Assembleia Legislativa gaúcha e reforça da bancada ruralista, que deverá ter em 90 parlamentares. Outros ruralistas eleitos são o empresário do setor de máquinas agrícolas Nelson Padovani (PSC-PR) e o ex-ministro da Agricultura Reinhold Stephanes (PMDB-PR), além do líder arroseiro Paulo Cesar Quartiero (DEM), porta-voz dos agricultores de Roraima contra a demarcação da reserva indígena Raposa/ Serra do Sol. A "onda verde" da eleição presidencial não se refletiu no novo Congresso. O partido da candidata derrotada Marina Silva manteve o mesmo número de deputados (15). Mas o próprio líder do PV na Câmara, Sarney Filho, hesita em chamá-los todos de ambientalistas. "Não conheço a origem de todos eles ainda", afirmou.

SEM

Os ambientalistas, no entanto, sofreram algumas baixas importantes, como Edson Duarte (PV-BA) e Fernando Gabeira (PV-RJ). Esse será substituído por um nome de peso: Alfredo Sirkis (RJ), coordenador da campanha de Marina Silva. Também foi eleito o presidente do PV, José Luiz Penna (SP). Do lado ruralista, o catarinense Valdir Colatto (PMDB), crítico da legislação ambiental, não obteve a reeleição. Também ficaram sem mandato Germano Bonow (DEM-RS), Anselmo de Jesus (PR-RO) e Gervásio Silva (PSDB-SC), além de Ernandes Amorim (PTB-RO), barrado pela Ficha Limpa.

"Sem Colatto, o governo pode ter uma posição mais liberal sobre o Código Florestal, mais próxima do Meio Ambiente", diz o deputado Ivan Valente (PSOL-SP). Reeleito com uma votação 230% maior do que em 2006, Valente atribui parte de sua popularidade à defesa que fez na comissão do Código Florestal contra o relatório apresentado pelo deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP). O comunista, por sua vez, foi reeleito com 37 mil votos a menos. Valente diz que a nova lei florestal, que agradou aos ruralistas, afastou eleitores de Rebelo. O relator nega. "Perdi votos no interior e ganhei na capital", afirma. No Senado, a bancada ruralista está mais forte: entram o ex-governador do Mato Grosso Blairo Maggi (PR) e o deputado Waldemir Moka (PMDB-MS). Eles se juntam à presidente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), Kátia Abreu (DEM-TO).

Maggi repaginou o discurso, após ser crucificado no exterior como "Motosserra de Ouro" e "estuprador da floresta". "Há espaço para ampliar a produção e respeitar as regras estabelecidas. Não quero mudança." Maggi apoia, porém, o relatório de Rebelo. "Precisamos dar tranquilidade ao setor." A maior baixa dos ambientalistas será a saída de Marina Silva, que deixa a Casa no fim desta legislatura.

Colaborou **GABRIELA GUERREIRO**, de Brasília

Pecuária é a principal vocação da região, dizem pesquisadores – Giuliana Miranda – Folha de São Paulo – 11/10/2010

Bois em Corumbá (MS), que tem o maior rebanho do Brasil

DE SÃO PAULO

Por suas extensas áreas de cerrado, com abundância de vários tipos de vegetação forrageira, o Pantanal é ideal para a pecuária extensiva -aquela com o gado criado solto na fazenda-, dizem os cientistas da Embrapa. "Ao contrário de outras regiões, não é preciso derrubar árvores para colocar pastagens no lugar", afirma Walfrido Tomás, especialista na biodiversidade pantaneira. Segundo ele, apesar da vocação natural, são necessários alguns cuidados para garantir que a atividade não interfira na natureza. Para ele, o novo software da Embrapa ajudará os fazendeiros a racionalizar o uso dos recursos naturais.

"Nossa maior preocupação é que as fazendas desenvolvam suas atividades mantendo a diversidade biológica e as funções do ecossistemas", afirmou. Também pesquisador da Embrapa, Urbano de Abreu ressalta que algumas fazendas, sobretudo por conta do tamanho, podem não ser indicadas para a pecuária. "O software reúne as características econômicas e ambientais da fazenda, o que vai ajudar o produtor a ver se a sua fazenda é ideal para pecuária", afirma. **(GM)**

Pantanal terá índice de sustentabilidade – Giuliana Miranda – Folha de São Paulo – Ciência – 11/10/2010

Com cerca de 90% de seu território dividido em fazendas, o Pantanal acaba de ganhar uma ferramenta para avaliar a sustentabilidade dessas propriedades. A Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) Pantanal, após oito anos de estudo, desenvolveu um software que mede o desempenho das fazendas em três frentes: ambiental, econômica e social. O programa -que será lançado em novembro no Simpan (Simpósio sobre Recursos Naturais e Socioeconômicos do Pantanal)- junta essas informações e chega a uma nota que diz se a fazenda é ou não sustentável. "O Pantanal tem características muito particulares, que fazem com que os conceitos aplicados em outros ecossistemas não sirvam como parâmetro", afirma Walfrido Tomás, responsável pelos indicadores ambientais. Segundo a Embrapa, a inclusão dos fazendeiros no processo de conservação é essencial, porque a maior parte das terras pantaneiras não pertencem ao Estado, diferentemente de outros ecossistemas, como a Amazônia. A ideia do projeto é, em breve, funcionar como subsídio para avaliações mais profundas, como as feitas por certificadoras ambientais, que conferem selos à produção sustentável. Após o lançamento, o programa será distribuído para alguns produtores e também

estará disponível na internet gratuitamente. "O software auxilia a tomada de decisões e mostra de forma detalhada praticamente todos os aspectos da fazenda. Fica mais fácil saber o que está dando certo e o que está indo mal", disse o coordenador da parte econômica, Urbano de Abreu. Os pesquisadores tentaram simplificar ao máximo o preenchimento dos dados, mas, em alguns casos, o produtor pode precisar do auxílio de um especialista, como um técnico agrícola. A Embrapa afirma que vai investir em cursos de capacitação para os produtores e seus funcionários. O objetivo, de acordo com o órgão, é que a avaliação seja cada vez mais simples para o fazendeiro. Quase intuitiva.

INDICADORES

"Como a diversidade biológica é imensa e a gente não consegue medir tudo, nós usamos indicadores que são capazes de mostrar todo o contexto da fazenda", afirma Walfrido Tomás. De acordo com os pesquisadores, o mesmo conceito também foi usado para chegar aos indicadores econômicos e sociais. "Nós fomos às fazendas, entrevistamos patrões e funcionários e ouvimos o que eles tinham a dizer. A opinião do pantaneiro, seu modo de vida, conta muito", disse Sandra Santos, coordenadora dos indicadores sociais. Segundo ela, a qualidade de vida dos funcionários da fazenda depende diretamente do que é fornecido pelos patrões. Por isso, acesso à água e transporte, por exemplo, tem grande peso na hora da avaliação. "Carteira assinada, por outro lado, é uma obrigação. O produtor que tem não ganha pontos, mas o que não tem é duramente penalizado." A plataforma foi pensada para levar em consideração a imprevisibilidade do ambiente e também a interação entre os indicadores. "Não adianta ir bem só em um aspecto. Para receber o grau de sustentabilidade, é preciso estar bem em todos os índices", afirma o pesquisador Urbano de Abreu.

A batalha da biodiversidade – Cláudia Sarmiento – O Globo – Ciência – 15/10/2010

Cúpula ambiental no Japão será marcada por nova disputa entre ricos e pobres. Apartir da próxima segunda-feira, o Japão será o anfitrião de uma das conferências ambientais mais importantes do ano e o mundo estará de olho na participação do Brasil. A 10ª Conferência das Partes da Convenção da ONU sobre Biodiversidade (COP 10), em Nagóia, discutirá um assunto menos popular que o aquecimento global, mas também fundamental para o futuro do planeta: a preservação de ecossistemas. Estarão presentes os representantes de 193 países, que pretendem aprovar um acordo internacional para proteção de todas as espécies vivas — tão importante quanto o Protocolo de Kioto, que tratou do clima. Como na conferência da ONU sobre mudanças climáticas, realizada no ano passado em Copenhague, as negociações serão marcadas por choques entre os países ricos e as nações em desenvolvimento. Há riscos, portanto, de um novo fracasso.

Em 2002, os signatários da convenção aprovaram acordo que previa avanços

significativos até 2010. Mas, mais uma vez, uma meta ambiental foi ignorada: desde 1970, as espécies de animais vertebrados sofreram redução de 30%, segundo o último relatório da ONU. Das 5.490 espécies de mamíferos, 79 foram extintas e mais de 500 estão sob risco.

Além disso, cerca de 70% dos recifes de coral já foram destruídos ou podem desaparecer, afetando o sustento de centenas de milhões de pessoas. O processo de degradação é dramático. O mundo nunca viu um ritmo tão acelerado de extinções, mas os debates não serão simples.

Como coordenador das nações megadiversas — grupo de 17 países que detém 70% da biodiversidade da Terra — o Brasil busca papel de protagonista em Nagóia.

Brasil quer debater biopirataria

O ponto mais importante para o governo brasileiro diz respeito ao acesso e à repartição de benefícios de recursos genéticos — o chamado protocolo ABS, na sigla em inglês. A questão é crucial para o país, que defende a aprovação do protocolo para proteger os detentores naturais das riquezas genéticas, ou seja, uma forma de combate à biopirataria. Até hoje um dos exemplos mais ilustrativos é o caso do cupuaçu, originário da Floresta Amazônica. Em 2000, uma empresa japonesa tentou patentear o fruto no Japão e na Europa, o que exigiria que os produtores brasileiros pagassem royalties sempre que o nome cupuaçu aparecesse numa embalagem.

A patente acabou sendo cancelada, mas abriu um enorme debate, principalmente em torno da fabricação de medicamentos.

O Brasil tem legislação própria sobre o assunto, mas está brigando pela aprovação de um acordo internacional com regras claras para preencher as lacunas nas negociações entre países que não têm leis sobre exploração de recursos genéticos, garantindo a distribuição dos benefícios para os países detentores das plantas ou organismos biológicos.

Defende, por exemplo, a aprovação de um mecanismo de atestado de origem do recurso ou material genético.

Mas há resistência de países ricos, que preferem o acesso aos recursos em bases mais livres.

— A legislação nacional não é suficiente.

Estamos falando de um comércio com lucros enormes, mas a partir do momento em que o material sai do nosso território, a lei brasileira não tem mais alcance — disse ao GLOBO o secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Braulio Dias. — Por enquanto, as negociações estão muito difíceis e estamos preocupados.

Há blocos criando dificuldades, como a União Europeia e o Canadá.

Outra discussão central da conferência no Japão será a aprovação de um conjunto de metas de redução da perda da biodiversidade até 2020. A posição do Brasil também é clara: não adianta adotar metas ambiciosas para os próximos dez anos sem discutir meios para implementá-las.

— É fundamental que sejam colocados à disposição dos países em desenvolvimento recursos financeiros para que as metas do plano possam ser cumpridas. Cabe aos países desenvolvidos desempenhar esse papel de doadores de recursos — disse o chefe da Divisão de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, Paulino Franco de Carvalho, que também está em Nagóia.

O valor a ser pedido para financiar ações de preservação de espécies será debatido na conferência, que vai até o dia 29. Na última reunião prévia à COP10, falou-se num montante 100 vezes maior do que é investido hoje no mundo inteiro

nessa área.

Dez anos para salvar a natureza – Claudia Srmonte – O Globo – Ciência – 19/10/2010

Ritmo de extinção é mil vezes maior que natural. Prejuízo é de US\$ 5 trilhões anuais

Espécies são extintas num ritmo mil vezes maior do que o natural, minando a estabilidade de ecossistemas ao redor do planeta, causando prejuízos avaliados em até US\$ 5 trilhões anuais e ameaçando nossa própria existência. O alerta dramático foi ouvido ontem por representantes de 193 países na abertura da 10ª Conferência das Partes sobre Biodiversidade (COP10), um dos encontros ambientais mais importantes do ano, em Nagoia, no Japão. Até o próximo dia 29, eles tentarão chegar a um acordo sobre um plano estratégico para interromper, num período de dez anos, a destruição das bases da natureza que sustentam a vida do homem. Para isso terão que superar uma série de divergências entre os países em desenvolvimento e as nações mais ricas do mundo.

O problema é que não há mais tempo para um novo fracasso, como o que ocorreu no ano passado, na conferência da ONU sobre mudanças climáticas.

— Estamos atingindo o ponto limite, depois do qual não teremos mais como reverter a perda da biodiversidade — discursou o ministro do Meio Ambiente do Japão, Ryu Matsumoto, que preside a conferência e tem o desafio de mostrar que seu país, muito criticado pelos ambientalistas, pode liderar a discussão.

— Se não dermos passos decisivos agora, cruzaremos este ponto em dez anos. Vamos adotar ações combinadas, como uma comunidade internacional, acertando metas ambiciosas e realistas — pediu.

Muitos origamis e menos prestígio

Quinze mil pessoas participam do encontro em Nagoia, fazendo da COP10 a convenção de biodiversidade mais disputada dos últimos anos, com a presença de governos, empresas e sociedade civil. Mesmo assim, é evidente que o tema não desperta a mesma atenção que o aquecimento global, assunto que domina a agenda ambiental internacional, embora um esteja ligado ao outro — as duas convenções nasceram juntas, na Rio 92.

O primeiro dia da COP10 foi marcado pela distribuição farta de origamis — um símbolo do Japão —, menos manifestações ecológicas do que seria de se esperar e apelos para que os nós sejam desatados e metas para proteção de terras e águas sejam aprovadas, antes que seja tarde.

Um indício de que a reunião de Nagoia não é vista com a mesma importância dada à conferência de Copenhague, em 2009, é o fato de que os países serão representados por ministros e não chefes de Estado.

— Estamos destruindo a própria fundação que permite a vida neste planeta, mas quando realizamos fóruns como este, a sociedade ainda tem dificuldades para entender o que estamos fazendo aqui e por que isso importa — alertou o diretor do Programa Ambiental da ONU, Achim Steiner.

A discussão central para o Brasil, líder do grupo de 17 nações que detêm 70%

da biodiversidade da Terra, é a aprovação de um tratado sobre o acesso a recursos genéticos para uso comercial ou pesquisas e a distribuição dos ganhos obtidos com essas operações, o chamado Tratado ABS (do inglês access and benefit sharing). O princípio foi discutido pela primeira vez em 92: os países detentores de riquezas naturais querem garantias de que serão recompensados pela exploração de seus recursos por indústrias, como as de medicamentos e cosméticos, por exemplo. Mas as divergências nunca foram superadas.

— É um tema absolutamente crucial. As discussões estão mais maduras, mas se não houver acordo sobre o Tratado ABS, a COP10 será um fracasso — concordou a alemã Cristine Von Weizsacker, da CBD Alliance, grupo que reúne várias ONGs ligadas à proteção da biodiversidade.

Outro ponto defendido pelo Brasil é a criação de um fundo com doações do mundo desenvolvido para garantir as iniciativas de proteção da natureza, como projetos de reflorestamento. Não há dúvidas de que metas de proteção precisam ser estabelecidas, mas não está claro se a conferência de Nagoia conseguirá aprovar um percentual a ser seguido.

As ONGs defendem que pelo menos 20% das áreas terrestres sejam transformadas em santuários ecológicos, protegidos da ação do homem. O Japão fala em 15% de terras e zonas marinhas. A China, a princípio, só aceita discutir a proteção de 6% dos oceanos.

Países em desenvolvimento temem que percentuais muito elevados atrapalhem o seu crescimento econômico.

— Não é uma questão de números, mas de responsabilidades — ponderou o argelino Ahmed Djoghlaif, secretário-executivo da COP10.

— A ideia é que as partes transformem em ações nacionais as metas decididas aqui, fazendo delas prioridade entre 2011 e 2020. O número da China não pode ser o mesmo do Haiti — exemplificou.

Na China, 177 países tentam facilitar acordo para o clima – Sítio Eletrônico da CNA – 05/0/2010

Representantes de 177 países deram início ontem, na China, a mais uma rodada de negociações por um acordo para combater o aquecimento global, na tentativa de obter avanços antes da Conferência do Clima da ONU (COP 16) marcada para dezembro em Cancún, no México.

"Resultados concretos em Cancún são necessários para evitar que os impactos da mudança climática revertam ganhos com o desenvolvimento que foram obtidos com sacrifício nas últimas décadas", afirmou Christiana Figueres, secretária executiva da Conferência sobre Mudança Climática da Organização das Nações Unidas.

O encontro que teve início ontem na cidade de Tianjin, a 120 quilômetros de Pequim, é o último antes da reunião de dezembro, quando os diplomatas tentarão costurar um texto que substitua ou dê continuidade ao Protocolo de Kyoto - já que sua primeira fase termina em 2012.

A ausência de avanços concretos em 2009 na COP 15, em Copenhague, reduziu as expectativas quanto à possibilidade de sucesso em Cancún. Em vez de um amplo tratado, muitos esperam a aprovação de pequenos acordos relativos à energia renovável e ao estímulo financeiro a países pobres. Em Tianjin, os delegados terão até

sábado para reverter o ceticismo e obter avanço nas negociações. O principal ponto de divergência diz respeito aos compromissos de corte das emissões de gases-estufa e a definição de mecanismos para monitorar as metas assumidas.

Fonte: O Estado de S. Paulo

Brasil será protagonista nas negociações da Convenção da Biodiversidade – Sítio Eletrônico do MMA – 05/10/2010

O ano de 2010 ficará marcado internacionalmente não apenas pela realização da Copa do Mundo. Outro tema - a biodiversidade - vai interferir de forma direta e implacável no cotidiano das pessoas, em escala muito maior e talvez sem a mesma visibilidade na mídia. O assunto também vai atrair a atenção de muitos países durante a Conferência da ONU sobre Diversidade Biológica (COP-10), a ser realizada de 18 a 29 deste mês em Nagoya (Japão).

Apesar de ainda não ter o mesmo apelo do futebol nas discussões do dia-a-dia, neste Ano Internacional da Biodiversidade - estabelecido pela ONU - nações de todo o mundo vão debater a perda da biodiversidade, prejuízo que afeta não só animais e plantas (como muitos preferem simplificar a questão), mas interfere de maneira crucial na manutenção da vida do homem e no equilíbrio de todo o planeta.

Para se ter uma ideia do tamanho do prejuízo, as perdas econômicas decorrentes do processo de redução de espécies alcançam uma cifra anual entre US\$2 e US\$ 4,5 trilhões, segundo pesquisadores do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

O encontro no Japão vai reunir as nações megadiversas (grupo dos 17 países que abrigam a maioria das espécies da Terra e juntos detêm cerca de 70% de toda a biodiversidade do planeta, entre eles o Brasil), as principais potências econômicas mundiais e outros 100 países aproximadamente. O objetivo é tentar encontrar soluções que possam surtir efeito rápido ou pelo menos de médio prazo, a fim de evitar novos colapsos ambientais ao redor do planeta.

Durante a COP-10, o Brasil pretende assumir o protagonismo nas negociações, com o objetivo de reafirmar o pacto entre os países signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) para o cumprimento das metas estabelecidas em Johannesburgo (África do Sul), em 2002. Vai ainda defender a bandeira da repartição de benefícios oriundos do patrimônio genético da biodiversidade, principal ponto pretendido pelos megadiversos na convenção. Muitas reuniões preparatórias têm sido realizadas pelas 17 nações megadiversas com a finalidade de se estabelecer uma proposta comum que, uma vez concluída, deve ser apresentada na COP-10.

A questão da compensação financeira resultante do conhecimento obtido a partir da biodiversidade, no entanto, é motivo de controvérsia. Ganhou manchete dos jornais o caso do cupuaçu, por exemplo, que teve um pedido de patente registrado no exterior por uma empresa japonesa, apesar de ser uma planta típica da Amazônia.

Por meio da contestação de entidades ambientalistas nos escritórios de patentes internacionais, foi impedida a aprovação do registro, pois as aplicações do

produto já eram, há muito tempo, de domínio dos índios e das comunidades tradicionais amazônicas, e não envolviam nenhum tipo de inovação que justificasse o direito de sua exploração pela companhia japonesa.

Diversidade global em declínio - De acordo com o terceiro relatório do Panorama da Biodiversidade Global (GBO3, em inglês), divulgado no começo de maio pelas Nações Unidas (cuja versão em português foi lançada em maio pelo MMA), nenhum país cumpriu integralmente as metas de redução da perda da biodiversidade em seus territórios entre 2002 e 2010.

O documento é um relatório oficial da Convenção sobre Diversidade Biológica, estabelecida em 1992, e vai pautar as discussões entre os chefes de Estado participantes da Cúpula da Biodiversidade no Japão. O ponto mais preocupante deste estudo revela que a perda da biodiversidade global está alcançando um patamar quase irreversível.

Entre 1970 e 2006, por exemplo, o número de indivíduos de espécies de vertebrados teve um declínio de 30% em todo o mundo, e a tendência, segundo o GBO3, é de que a redução continue, especialmente entre animais marinhos e nas regiões tropicais. O relatório indica ainda que 40% das espécies de aves e 42% dos anfíbios apresentam população em queda.

Para reverter o quadro de sérios prejuízos ambientais e econômicos, seriam necessários investimentos em todo o planeta de aproximadamente U\$45 bilhões por ano.

O relatório indica os cinco principais fatores de pressão sobre a biodiversidade: perda e degradação de habitats (convertidos em plantações, pastagens, áreas urbanas), mudanças climáticas, poluição, sobreexploração dos recursos naturais e a presença de espécies exóticas invasoras. As intervenções humanas em lagos de água doce também foram apontadas como outro fator importante, pois devido ao acúmulo de nutrientes, inúmeras espécies de peixes foram levadas à morte em larga escala.

A acidificação e poluição dos oceanos vitimam ainda os recifes de corais, o que descaracteriza o ecossistema marinho. Nas grandes regiões do mundo, os habitats naturais continuam a declinar em extensão e integridade, especialmente os bancos de algas marinhas, as zonas úmidas de água doce, as localidades de água congelada e os recifes de corais e de mariscos.

Segundo dados da World Conservation Union (União Mundial de Conservação), a ação do homem provoca 0,2% da perda média de espécies todos os anos, que ocorre ainda por queimadas e desmatamento impulsionados pelo mercado imobiliário e/ou monoculturas de larga escala, caça e tráfico de animais.

Extrativismo sem manejo adequado e mineração, dentre outros fatores de intervenção antrópica, também são causas crescentes do processo de extinção, por acompanharem as necessidades de uma população humana que, segundo estatísticas da ONU, é de 6,5 mil milhões, com perspectivas de aumento para 7 mil milhões até o ano de 2012.

De acordo com o secretário-executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica, Ahmed Doghlaf, a perda da biodiversidade ocorre em uma velocidade sem precedentes. "As taxas de extinção podem estar mil vezes acima das médias históricas", alerta.

Apesar de o GBO3 ressaltar o aumento considerável das áreas de proteção ambiental (82% estão em áreas marinhas e 44% em regiões terrestres) e o progresso significativo da preservação de florestas tropicais e manguezais, dados do documento revelam que estas medidas não foram suficientes para alcançar a meta estabelecida.

Ações brasileiras - Há ainda outros pontos do documento do Pnuma considerados críticos. A Amazônia é citada como área sujeita a danos irreparáveis, em parte motivados pelo desmatamento e queimadas, e ainda pelas mudanças na dinâmica regional das chuvas e extinção de espécies. O Brasil é citado como exemplo no que diz respeito à criação de áreas protegidas (unidades de conservação). Dos 700 mil quilômetros quadrados transformados em áreas de proteção em todo o mundo, desde 2003, quase três quartos estão em solo brasileiro, resultado atribuído em grande parte ao Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa).

Segundo o diretor do Departamento de Áreas Protegidas do MMA, Fábio França, para 2010, já está em fase final de negociação com governos estaduais e outros ministérios, a criação de novas áreas protegidas: 54.280 hectares no Cerrado; 405.900 hectares na Mata Atlântica; 600.000 hectares na Amazônia; 1.230.000 hectares na Caatinga e 101.200 hectares na Zona Costeira e Marinha. Outra estratégia fundamental adotada pelo Brasil para combater o desmatamento e a extinção de espécies decorrente desta prática é o monitoramento por satélite de todos os biomas brasileiros, procedimento que, até 2008, era realizado apenas na Amazônia e em parte da Mata Atlântica.

Com a identificação e controle das principais causas do desmatamento na região amazônica em 2009, a devastação da floresta teve o menor índice (43% mais baixo) dos últimos 20 anos.

Os primeiros resultados sobre o Cerrado e Caatinga, levantados entre 2002 e 2008, já foram lançados, mostrando que quase metade da cobertura vegetal original destes biomas já foi destruída. Em 2010, também foram divulgados os dados referentes à cobertura vegetal do Pantanal e do Pampa, referentes ao mesmo período. E, em novembro, há previsão de que sejam divulgados os dados sobre a Mata Atlântica.

O monitoramento é uma iniciativa fundamental, pois permite estabelecer planos de ação de fiscalização, controle e combate ao desmatamento, bem como levar alternativas sustentáveis às regiões onde o desmate ainda é muito praticado.

Exóticas e invasoras - Também foi lançada, em 2009, a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras. O programa orienta as diferentes esferas do Governo a fim de mitigar e prevenir os impactos negativos destas espécies sobre a população humana, os setores produtivos, o meio ambiente e a biodiversidade.

Os eixos deste plano são a prevenção da introdução de novos indivíduos, bem como a mitigação da presença dos mesmos em biomas e bacias hidrográficas do Brasil. Atualmente, as invasões biológicas causadas por espécies exóticas invasoras são consideradas a segunda maior causa de perda da biodiversidade biológica do planeta, perdendo apenas para a destruição de habitats.

No Brasil, os custos decorrentes dos impactos causados por estas espécies atingem cerca de U\$50 bilhões ao ano. Entre elas, podemos citar o mosquito da dengue, o mexilhão dourado, o caracol gigante africano, a uva-do-japão, o capim-annoni e o amarelinho.

Também tem sido feita a atualização de listas de espécies brasileiras ameaçadas de extinção (fauna e flora), que servem como alerta e instrumento de monitoramento da política de conservação destas espécies. "O número de espécies em extinção está aumentando, o que é um sinalizador preocupante, pois demonstra que o objetivo de reduzir a taxa de extinção não tem sido alcançado", avalia João de Deus Medeiros, diretor do Departamento de Florestas do MMA.

Fundamentais para a conservação e recuperação de espécies ameaçadas de extinção (um dos principais compromissos dos países durante a CDB), estes levantamentos funcionam como instrumentos de implementação da Política Nacional da Biodiversidade, que inclui as Listas Nacionais Oficiais de Espécies Ameaçadas de Extinção; os Livros Vermelhos das Espécies Brasileiras Ameaçadas de Extinção e os Planos de Ação Nacionais para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção.

Evolução da vida - A biodiversidade é a totalidade das espécies de seres vivos de uma determinada região ou tempo, e abrange animais, vegetais, fungos e microorganismos, sendo responsável pela evolução e conservação da vida em todos os lugares. Sua manutenção depende do equilíbrio e estabilidade de ecossistemas, e seu uso e aproveitamento pela humanidade deve, necessariamente, ser feito de maneira sustentável de forma a preservá-los.

Desde que o homem começou a interferir na natureza, a biodiversidade tornou-se a base das atividades agrícolas, pecuárias, pesqueiras e florestais e, mais recentemente, da indústria de biotecnologia. Trata-se ainda da fonte prima para remédios, cosméticos, roupas e alimentos, entre outros produtos, e é essencial para a criação de grãos mais produtivos e resistentes a pragas e a outras doenças. A espécie humana é apenas uma entre 1,75 milhão de espécies de vida conhecidas. O Pnuma estima que existam pelo menos 14 milhões de espécies vivas ao redor do planeta. Alguns especialistas calculam que esse número possa chegar a 50 milhões, ou ainda mais.

Extinção de espécies - A Convenção sobre Diversidade Biológica foi estabelecida em 1992, durante a ECO-92, no Rio de Janeiro, mas a meta de redução da perda da biodiversidade só foi fixada na Cúpula da Terra de Johannesburgo, em 2002. Durante o evento, os governos participantes se comprometeram a estabelecer medidas para combater a extinção de espécies.

Dentre os pontos acordados constam a redução da degradação de habitats, o controle de espécies exóticas invasoras (que ocasionam prejuízos de aproximadamente R\$ 2,5 trilhões nas economias de todo o planeta) e transferência de tecnologia para países em desenvolvimento. Das 21 metas estabelecidas pela ONU em 2002, nenhuma está próxima de ser cumprida.

A Convenção sobre Diversidade Biológica foi assinada por 156 nações - atualmente foi ratificada por 192 - e estabeleceu que os países têm direito soberano sobre a variedade de vida contida em seu território, bem como o dever de conservá-la e de garantir que seu uso seja feito de forma sustentável, isto é, assegurando sua preservação.

Um dos temas mais defendidos pela CDB é a necessidade de repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso dos recursos genéticos. Eles seriam divididos entre todos os países e populações cujo conhecimento foi chave para sua utilização, como, por exemplo, comunidades acostumadas a usar plantas típicas de sua região desde tempos remotos, como os índios e outras populações tradicionais.

Mesmo com o longo período de seca, que resultou em 28 mil focos de calor em todo o País no mês de agosto, o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) registrou uma queda de 47% nas taxas desmatamento na Amazônia em relação ao mesmo período de 2009.

Na avaliação da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, a redução sucessiva do desmatamento nos últimos dois anos, "é consequência das ações coordenadas entre o MMA, o Ibama, a Polícia Federal e vários órgãos do governo". A área desmatada em agosto de 2010 foi de 265 Km², contra 498 Km² no mesmo mês em 2009.

"Os índices vêm mantendo uma tendência de queda", afirma a ministra. O sistema Deter, no Inpe, detecta o desmatamento em tempo real e orienta as ações do governo para frear o desmatamento antes que a área afetada sofra danos ambientais irreparáveis. Na expectativa de Izabella Teixeira, em novembro, quando serão consolidados os dados do Prodes, sistema que registra a derrubada de áreas de até 6,25 hectares, o Ministério do Meio Ambiente espera confirmar a queda ano a ano projetada pelo Deter, que capta a partir de 25 hectares.

Sonegadores - A ministra informou, ainda, que além da repressão em campo, nos locais onde ocorre a derrubada da cobertura florestal, o Governo está cruzando as informações com os dados de sonegação de impostos. "Os criminosos ambientais são também sonegadores", avalia Izabella. Isso tem melhorado a capacidade dos órgãos ambientais na hora de identificar e punir com mais eficácia os desmatadores.

A ministra anunciou, ainda, que está praticamente pronto um novo sistema de monitoramento, o Indicar " Indicador de Desmatamento por Imagens e Radar, que avaliará o desmatamento sob as nuvens. O maior desafio do monitoramento, realizado pelo Inpe desde 2004, era registrar pequenas áreas desmatadas sob o céu nublado, já que a observação feita pelos satélites Landsat e CBRs é visual. Com os dados da agência espacial japonesa, captados pelo satélite Alos, que opera por radar e sem limitações das condições atmosféricas, a captação de áreas em processo de desmatamento, ou desmatadas, será muito mais precisa. O Indicar terá a capacidade de identificar áreas acima de 10 hectares. Em 2010, o novo sistema entrará em operação", informou Izabella.

Queimadas -Mesmo com o início do período de chuvas, o combate às queimadas prossegue em algumas regiões do País. Um novo balanço divulgado nessa sexta-feira (08) registra 108 mil focos de calor esse ano. Das 304 unidades de conservação administradas pelo ICMBio, 90 foram afetadas pelos incêndios florestais. Segundo o coordenador do controle integrado de combate às queimadas, 32 deles ainda estão ativos, 14 encontram-se sob controle e 42 foram extintos.

Ainda há focos ativos em seis unidades de conservação: Parque Nacional das Nascentes do Parnaíba, Estação Ecológica Urucuíuna e Parque Nacional de Serra das Confusões, no Piauí, Estação Ecológica Serra Geral, no Tocantins, Reserva Extrativista da Serra do Cachimbo, no Pará, e Chapada Diamantina, na Bahia. A ministra afirmou que há previsões de que os incêndios sejam controlados nos próximos dias.

Apesar de ser considerado elevado, o número de queimadas nos nove primeiros meses de 2010, que chegou a 108 mil, foi o quinto maior dos últimos dez anos. Os anos de 2005 (143 mil), 2004 (142 mil), 2003 (128 mil) e 2007 (114 mil) apresentaram números mais elevados no mesmo período. Mais de 70% dos focos de incêndio ocorreram no Centro-Oeste, no cerrado. A região não apresentava queimadas nessas proporções havia dois anos.

Para acompanhar os dados de monitoramento do desmatamento da Amazônia acesse o endereço:

<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=240&idConteudo=10575>

(*) Edição: Rafael Imolene

Biodiversidade desconhecida – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 12/10/2010

País com mais de 10 mil quilômetros de costa e uma das maiores e mais diversificadas combinações de ecossistemas costeiros e marítimos do mundo, o Brasil apresentará na próxima reunião de avaliação das metas da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) um relatório pobre, que é quase uma confissão: colocou sob proteção legal apenas 1,5% desses ecossistemas, bem menos do que a meta de 10% que havia fixado, e conhece muito pouco de suas espécies marinhas.

A décima Conferência das Partes (COP 10) signatárias da CDB – documento aprovado na Conferência Rio-92 – será realizada no fim deste mês na cidade japonesa de Nagoya, com a presença de representantes de mais de 190 países. Eles avaliarão quanto se avançou no cumprimento das metas de preservação da fauna e da flora assumidas nas reuniões anteriores e definirão objetivos para os próximos dez anos.

Uma das metas mais relevantes anunciadas pelo Brasil era colocar 30% da Amazônia sob alguma forma de proteção legal. Esta foi alcançada, até com alguma folga, pois mais de 40% da área florestal está protegida, segundo o relatório a ser apresentado em Nagoya pelo governo brasileiro. A área protegida inclui terras indígenas e unidades de conservação estaduais e federais, como mostrou o repórter Herton Escobar, na edição de 3 de outubro do Estado.

Mas uma área de grande importância ambiental e econômica, os 4,2 milhões de quilômetros quadrados de território brasileiro cobertos pelo mar, continuou esquecida. Da pequena fatia de ecossistemas que o País conseguiu colocar sob proteção, a maior parte está em ambientes terrestres ligados ao mar, como restingas, praias e manguezais.

Não há nenhuma área de conservação inteiramente coberta pelo mar. O Ministério do Meio Ambiente reconhece que o bioma marinho constituiu “a grande lacuna” do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc).

A biodiversidade marinha brasileira já conhecida é considerada relativamente pobre, quando comparada à de outros países. Mesmo assim, estima-se que estão no Brasil cerca de 6% das espécies existentes no mundo de invertebrados “não insetos”, a maioria dos quais vive no mar.

Pobreza muito maior do que a de espécies marinhas é a de pesquisas e de pesquisadores, diz o biólogo Antonio Marques, do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. “Considero isso uma vergonha”, confessa. Além de escasso, o conhecimento é muito concentrado geograficamente. As pesquisas se limitam ao litoral de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. “Sobre o Nordeste, ainda sabemos muito pouco. E, sobre o Norte, quase nada.”

É quase total a falta de conhecimento do País sobre sua diversidade marinha – e sem conhecer é impossível proteger.

É difícil, porém, dizer que o desconhecimento seja o pior dos aspectos da ação do governo brasileiro na preservação da biodiversidade marinha. Nos poucos casos de conhecimento relativamente extenso de espécies marinhas, que geralmente são as de maior valor comercial, pouco ou nada se faz para protegê-las. Entre 1995 e 2006, o governo executou o Programa de Avaliação do Potencial dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva, que era mais um balanço do estoque pesqueiro do que uma tentativa de conhecimento da biodiversidade marinha.

O programa constatou que cerca de 80% das espécies pescadas comercialmente eram sobre-exploradas ou plenamente exploradas.

Desde a conclusão do estudo, nada foi feito ou anunciado pelo governo para assegurar a recuperação desses estoques. “A gestão pesqueira no Brasil está um caos”, diz o pesquisador José Angel Alvarez Perez, da Universidade do Vale do Itajaí, de Santa

Catarina. O caos é o resultado prático da ação de um governo que não tem uma política definida para a área.

De um lado, o Ministério do Meio Ambiente busca assegurar a manutenção dos estoques das espécies de maior valor comercial; de outro, o Ministério da Pesca estimula a pesca, sem levar em conta a ameaça à sobrevivência das espécies. Esse conflito mostra que falta ao governo um rumo na questão da biodiversidade marinha.

Planeta perdeu 30% de recursos naturais – Estado de São Paulo – Vida – 13/10/2010

Em menos de 40 anos, o mundo perdeu 30% de sua biodiversidade. Nos países tropicais, contudo, a queda foi muito maior: atingiu 60% da fauna e flora original. Os dados são do Relatório Planeta Vivo 2010, publicado a cada dois anos pela organização não governamental WWF.

O relatório, cujas conclusões são consideradas alarmantes pelos ambientalistas, é produzido em parceria com a Sociedade Zoológica de Londres (ZSL, na sigla em inglês) e Global Footprint Network (GFN).

“Os países pobres, freqüentemente tropicais, estão perdendo biodiversidade a uma velocidade muito alta”, afirmou Jim Leape, diretor-geral da WWF Global. “Enquanto isso, o mundo desenvolvido vive em um falso paraíso, movido a consumo excessivo e altas emissões de carbono.”

A biodiversidade é medida pelo Índice Planeta Vivo (IPV), que estuda a saúde de quase 8 mil populações de mais de 2,5 mil espécies desde 1970.

Até 2005, o IPV das áreas temperadas havia subido 6% – melhora atribuída à maior conservação da natureza, menor emissão de poluentes e melhor controle dos resíduos. Nas áreas tropicais, porém, o IPV caiu 60%. A maior queda foi nas populações de água doce: 70% das espécies desapareceram.

Consumo desenfreado.

A demanda por recursos naturais também aumentou. Nas últimas cinco décadas, as emissões de carbono cresceram 11 vezes.

O relatório afirma que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), formada por 33 países em geral desenvolvidos, são

responsáveis por 40% da pegada de carbono global, e emitem cinco vezes mais carbono do que os países mais pobres.

Comparados a ela, os BRICs (grupo formado pelos países emergentes Brasil, Rússia, Índia e China) têm o dobro da população e uma menor emissão de carbono per capita. O problema, alerta o relatório, é se os BRICs seguirem no futuro o mesmo padrão de desenvolvimento e consumo da OCDE.

Índia e China, por exemplo, consomem duas vezes mais recursos naturais do que a natureza de seu território pode repor. Atualmente, os países utilizam, em média, 50% mais recursos naturais que o planeta pode suportar. Se os hábitos de consumo não mudarem, alerta o relatório, em 2030 se estará consumindo o equivalente a dois planetas.

Em resposta ao levantamento de 2008, a WWF elaborou um modelo de soluções climáticas, em que aponta seis ações concretas para reduzir as emissões de carbono e evitar maiores perdas de biodiversidade. Entre elas, a organização aponta a necessidade de investir em eficiência energética, novas tecnologias para gerar energia com baixa emissão de carbono, adotar a política de redução da pegada de carbono e impedir a degradação florestal.

De 18 a 29 deste mês acontece em Nagoya, no Japão, a 10ª Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica. Criada em 1992, no Rio de Janeiro, a convenção tinha como principal meta reduzir significativamente a perda de biodiversidade até 2010.

As Nações Unidas até definiram 2010 como o Ano Internacional da Biodiversidade, mas os resultados ainda deixam muito a desejar. Apesar da meta estabelecida, o relatório mais recente da ONU mostra que o planeta perdeu um terço do estoque de seres vivos existente em 1970.

O documento aponta como ameaçadas de extinção 42% das espécies de anfíbios do mundo e 40% das de aves – e estima em US\$ 2 trilhões a US\$ 4,5 trilhões o prejuízo mundial anual com desmatamento. Além da preservação da diversidade biológica mundial, outro tema deve ter destaque nas negociações: a repartição dos recursos oriundos da biodiversidade

Ambientalistas opõem-se ao desenvolvimento? – José Goldenberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/10/2010

Como acontece em outras áreas – tais como as de tecnologia, de padrões de consumo e até da moralidade pública –, as grandes inovações que marcaram os avanços da civilização demoram a chegar ao Brasil.

Essa é uma característica geral de países periféricos que ainda têm um peso relativamente pequeno no cenário internacional. As preocupações com a preservação ambiental caem nessa categoria, como ficou evidente na década de 70 do século passado

Na Conferência de Estocolmo de 1972, que deu origem aos esforços de reduzir a poluição no mundo todo, o Brasil teve um desempenho lamentável, defendendo posições como as que o economista e ex-ministro Delfim Netto expressou recentemente em entrevista ao jornalista Ricardo Arnt: “Se diziam que a indústria do aço ia sair da Europa por causa da poluição, eu respondia: vem para o Brasil, porque temos espaço bastante para a poluição e é mais importante fazer aço; da poluição cuidamos depois” (O que os Economistas Pensam sobre Sustentabilidade – Editora

34). As percepções de Delfim Netto sobre meio ambiente, contudo, melhoraram muito desde então.

Outro exemplo é dado, no mesmo livro de Ricardo Arnt acima citado, pelo também economista e ex-ministro Máílson da Nóbrega – que naquela época era alto funcionário do Banco do Brasil –, ao lembrar que a Rodovia Transamazônica (BR-230) foi criada “em meio ao clamor para se fazer alguma coisa que permitisse a expansão da fronteira agrícola e fosse capaz de resolver o problema de seca no Nordeste”. Por essa razão, a legislação que criou a Transamazônica é a que criou o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra), que tornou viáveis migrações para a Amazônia.

Conta Máílson da Nóbrega que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) chegou a fazer uma usina de álcool na Transamazônica, ignorando que a cana “era belíssima, mas sem sacarose para produzir álcool ou açúcar”.

A ideia de que reduzir a poluição torna o crescimento econômico inviável é irracional, mas foi, e ainda é, o paradigma usado por muitos economistas e desenvolvimentistas no mundo todo.

Foram essas visões incorretas que levaram ao surgimento do movimento ambientalista mais ligado à “esquerda”, que atribui o crescimento predatório a um capitalismo selvagem e, portanto, no seu entender, a solução é combater o capitalismo como um todo. Por outro lado, o ambientalismo mais ligado à “direita” vem do século 19 e tem como característica de tentar preservar o meio ambiente e a paisagem, dando a eles um sabor imobilista que às vezes serve a interesses de grupos de pressão.

No atual movimento ambientalista essas duas visões coexistem. A eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 beneficiou-se do movimento ambientalista ligado à “esquerda”. A escolha de Marina Silva como ministra do Meio Ambiente, no mesmo ano, refletiu esse apoio.

Mas o que ocorreu é que o zelo da ministra em implementar a legislação ambiental logo se transformou num obstáculo às obras desenvolvimentistas que o governo pretendia realizar, como a transposição do Rio São Francisco e a construção de grandes hidrelétricas na Amazônia.

A ficção de que as teses da ministra Marina Silva eram levadas a sério dentro do governo se dissipou rapidamente, resultando na sua saída do governo – tardiamente, a nosso ver.

Como resultado, porém, os ambientalistas acabaram sendo caracterizados como inimigos do desenvolvimento, atrasando desnecessariamente, por motivos fúteis, obras de grande vulto, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

O presidente Lula contribuiu consideravelmente para essa tentativa de desqualificação do movimento ambientalista, acusado de se preocupar mais com os “bagres do Rio Madeira” do que com a geração de eletricidade.

O problema fundamental aqui é o de distinguir entre o que os economistas chamam de “crescimento sustentável” – entendido como crescimento econômico sem sobressaltos e sem flutuações na taxa de câmbio – e o assim denominado “desenvolvimento sustentável”, em que não somente o progresso econômico é levado em conta, como também o uso eficiente dos recursos naturais, com as melhores tecnologias disponíveis e com a preservação ambiental (na medida do possível). A primeira opção (“crescimento sustentável”) é até viável por curtos períodos de tempo, mas só a segunda (“desenvolvimento sustentável”) é duradoura.

A primeira olha o curto prazo e a segunda, o médio e o longo prazos, sendo evidente que o atual governo só teve em mente o curto prazo. Por exemplo, o

desmatamento da Amazônia para expandir pastagens para gado é uma atividade de baixo rendimento econômico que terá sérias consequências, porque vai mudar (e está mudando) o regime de chuvas de todo o País, além de contribuir significativamente para as emissões de gases que provocam o aquecimento global.

Portanto, é essencial dirigir os rumos do crescimento econômico da região em outras direções, o que não foi feito. Argumentar que a Europa também destruiu suas florestas para progredir e que agora querem impedir-nos de fazer o mesmo reflete pura ignorância: a eliminação das florestas europeias ocorreu ao longo de mil anos e o Brasil está fazendo isso em 30 anos, na Amazônia.

As únicas medidas sérias tomadas no Brasil nos últimos anos para orientar o País na direção do desenvolvimento sustentável foram a aprovação de leis propostas pelo prefeito Gilberto Kassab, no Município de São Paulo, e pelo ex-governador José Serra, no Estado de São Paulo, que estabelecem metas e prazos para reduzir as emissões de carbono (e outros poluentes) até o ano 2020. Essas leis vão conduzir o País a uma economia de baixo carbono e não constituem um freio ao crescimento econômico, mas, ao contrário, levarão a uma modernização da indústria brasileira, o que aumentará sua competitividade no comércio internacional.

*

PROFESSOR DA USP, FOI
SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conferência da ONU sobre biodiversidade começa hoje – Sítio Eletrônico da CNA – 18/10/2010

Começa hoje, em Nagoya, Japão, a décima edição da Conferência das Partes sobre Biodiversidade (COP-10). Representantes de 193 países, incluindo o Brasil, discutirão o cumprimento das metas ambientais para 2010 e os próximos objetivos até 2020.

A comitiva brasileira deve pressionar os países ricos para obter recursos em torno de US\$ 1 bilhão por ano destinados à preservação da biodiversidade e defender a cobrança de royalties pelo uso de recursos vegetais e animais.

Espera-se que o governo brasileiro também mantenha os compromissos assumidos na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), acordo internacional de 2006. Na ocasião, o País havia assumido a meta de garantir até 2010 a cobertura, por meio de unidades de conservação, de 10% de proteção de cada bioma e de 30% da Amazônia.

Mas um relatório que o Ministério do Meio Ambiente apresentou à ONU aponta que, dos 51 compromissos firmados na CDB, apenas 2 foram atendidos: redução de 25% do número de focos de incêndio em cada bioma e a catalogação das espécies da fauna e da flora conhecidas.

Na COP-10, estarão em pauta temas como ocupação desordenada de áreas naturais, desmatamento, caça ilegal, poluição das águas e outras questões que ameaçam espécies.

Autores: Andrea Vialli, Etienne Jacintho e Circe Bonatelli. Fonte: O Estado de S. Paulo

A sustentabilidade entrou na agenda – Sérgio Magalhães – O Globo – Opinião – 21/10/2010

O respeito ao meio ambiente associado à noção de desenvolvimento sustentável, marca da Rio-92, chegou para ficar. É atitude solidária em relação ao planeta e à própria humanidade.

Agora mesmo, nas eleições de 2010, foi pano de fundo de boa parte das opções de voto. Em análise a propósito desse pleito, a jornalista Míriam Leitão considera que “há uma compreensão maior de que a sustentabilidade não é uma palavra oca, mas uma nova forma de estruturar o projeto econômico”.

A sociedade se mobiliza tentando promover as bases de um novo estágio civilizatório — menos predador, com menos pobreza e desigualdade.

Esse conjunto adquire valores éticos para além das objetividades que lhes são inerentes — e é provável que se constitua em diretriz para o século XXI.

Embora tais conceitos sejam portadores de significados suficientemente fortes a justificarem a autonomia que lhes reconhecemos, é desejável situá-los no espaço em que se manifestam com densidade. Assim, sustentabilidade, pobreza e desigualdade precisam ser referenciadas às cidades.

A humanidade já vive majoritariamente em cidades. No Brasil, é quase a totalidade (85%) dos brasileiros que mora urbanamente. Contudo, podemos dizer que as cidades estão sendo compreendidas nessa dimensão renovadora da política e da ética contemporâneas? Estão sendo tratadas em consonância com a sustentabilidade? Com o papel a desempenharem na redução da pobreza e da desigualdade? É na cidade que se encontram a raiz e a promessa daquele novo estágio civilizatório.

Fontes de desequilíbrio ambiental e social se expressam no urbano em duas importantes funções: a habitacional e a mobilidade.

A ocupação extensiva do território, em baixa densidade e com carência de saneamento, multiplica fatores predatórios do meio ambiente e amplia a desigualdade entre parcelas da sociedade.

A desigualdade de renda é potencializada por moradias sem infraestrutura adequada, insalubres, mal localizadas em relação ao trabalho e às oportunidades de desenvolvimento pessoal. A histórica falta de crédito habitacional consome esforços familiares na promoção do domicílio que poderiam ser canalizados para a educação e a saúde. Assim, reforça a desigualdade em gerações. Mesmo com os novos incentivos à moradia, o Brasil continua produzindo cerca de 80% dos novos domicílios urbanos sem qualquer financiamento.

Está na mobilidade urbana outro dos fatores de desequilíbrio tanto ambiental quanto social. A opção que o país fez pelo modo rodoviário, lá nos anos sessenta, continua pujante.

Ela é poluidora; dilapidadora de território; mas é sobretudo gastadora de energias sociais. No interesse do desenvolvimento sustentável e da redução da pobreza e da desigualdade, há que se priorizar o transporte de massa. Os metrô e os trens urbanos precisam constituir-se em redes metropolitanas.

Há uma terceira fonte em contramão: o isolamento modernista entre funções urbanas (ou se mora, ou se trabalha, ou se recreia), que afasta trabalho e residência,

multiplica percursos, promove guetos e enfraquece a interação social. Setores urbanos onde o mínimo deslocamento exige motorização é modelo condenado por sua insustentabilidade.

A cidade contemporânea está a rever essa matriz predadora, tal como ocorre na experiência que está sendo promovida em Londres, para os Jogos de 2012. Cada novo edifício precisa atender aos requisitos de sustentabilidade e o conjunto se caracteriza por recuperar uma área degradada, quase central, em estratégia de interesse metropolitano. Lá, 75% dos recursos são necessariamente investidos na promoção de um legado social e urbanisticamente consistente.

Felizmente, no Brasil já se vão constituindo movimentos político-sociais para construção de uma agenda pela sustentabilidade em suas amplas possibilidades. Daqui a dois anos, festejaremos 20 anos da Conferência da ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. A Rio+20 será outra oportunidade

para o país assumir compromissos em consonância com o desenvolvimento sustentável — vale dizer, com o futuro das cidades.

E o Rio de Janeiro, por seu protagonismo em 1992, por certo quererá estar à frente nessa agenda.

Talvez queiramos assumir o desafio de universalizar o saneamento, despoluir a Baía de Guanabara, estancar a sangria da expansão predadora e redirecionar o transporte público.

E, se prosseguirmos na urbanização dos assentamentos informais, trazendo-os à legalidade, protegidos todos os territórios pela Constituição brasileira, sem vez à violência armada, estaremos efetivamente adentrando o estágio civilizatório ao qual desejamos que o Brasil esteja destinado. Será o nosso desenho do século.

SÉRGIO MAGALHÃES é arquiteto.

E-mail: smc@centroin.com.br

A conta da natureza –O Globo – Ciência – 21/10/2010

ONU calcula quanto homem lucra com plantas e animais. Só insetos rendem US\$ 210 bi

Criaturas, grandes e pequenas, nos prestam um enorme ser viço, ao fornecer água e alimento para os cerca de 7 bilhões de seres humanos do planeta. A ONU apresentou ontem na Cúpula da Biodiversidade, em Nagóia, no Japão, uma forma inédita — e, espera-se, mais convincente — de calcular o valor dos serviços prestados pela natureza. O estudo ainda é preliminar, mas informa que só os insetos que polinizam plantas comestíveis prestam serviço avaliado em US\$ 210 bilhões por ano. Os corais — berçários de peixes e usados em turismo — proporcionam US\$ 172 bilhões anuais. Cerca de 30 milhões de pessoas dependem diretamente de recursos vindos dos corais para viver.

Em sua versão mais avançada, o relatório “Economia de Ecossistemas e Biodiversidade” (Teeb, na sigla em inglês) trará o valor dos serviços prestados por sistemas mais complexos, como as florestas tropicais.

Preparado pelo Programa de Meio Ambiente da ONU (Pnuma), o relatório lembra que a perda de biodiversidade custa aos países cerca de US\$ 5 trilhões anuais

(número anunciado no início da semana) e que a destruição de ecossistemas causará crises sociais e econômicas.

— O tempo de ignorar a biodiversidade acabou. A invisibilidade econômica da natureza sempre foi um problema, estamos mudando isso.

Os governos precisam entender que só têm a perder com atual modelo de desenvolvimento predatório. A preservação de espécies é uma questão de sobrevivência da nossa própria espécie — disse o principal autor do estudo, o banqueiro indiano Pavan Sukhdev.

Sai a lista dos lugares estratégicos

O Teeb foi bem recebido por ambientalistas.

Eles acreditam que, ao fornecerem números concretos, o Teeb muda a argumentação em favor da conservação da biodiversidade, ainda vista por muitos como menos importante do que o combate às mudanças climáticas.

— O Teeb é uma fonte sólida de argumentação e achamos que os ministros vão analisá-lo com atenção — disse Tove Ryding, do Greenpeace.

Outro relatório apresentado ontem em Nagóia listou as regiões e as espécies mais ameaçadas de extinção do mundo. Elaborado por um consórcio integrado por 68 instituições internacionais de conservação chamado Aliança para a Extinção Zero (AEZ), ele relaciona 587 lugares que são o último habitat das 920 espécies mais ameaçadas de plantas e animais.

O Brasil, um dos países megadiversos, é o terceiro em número de sítios em risco, com destaque para a Mata Atlântica.

Apoio oficial a frigoríficos incentivou desmate – O Estado de São Paulo – Capa – 24/10/2010

O Tribunal de Contas da União atribuiu a uma “falha” da Casa Civil o choque entre duas políticas do governo Lula, revela a repórter **Marta Salomon**.

Na contramão da política de combate ao desmatamento na Amazônia, o BNDES já investiu R\$ 10 bilhões em grandes frigoríficos, desde 2008. Isso contribuiu para o avanço da pecuária, reconhecida pelo governo como grande vilão do desmatamento na região.

Para o TCU, houve “falhas na coordenação, a cargo da Casa Civil”, chefiada na época por Dilma Rousseff. VIDA / PÁGS. A29e A30

Apoio do BNDES a frigoríficos ajudou a desmatar Amazônia, afirma TCU – Marta Salomon – O Estado de São Paulo – Vida – 24/10/2010

Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) atribuiu a uma “falha” da Casa Civil o choque entre duas políticas públicas do governo Lula. Nos dois últimos anos, o BNDES investiu bilhões em frigoríficos, contribuindo para o avanço da pecuária na Amazônia, na contramão da política de combate ao desmatamento. Entre 2008 e 2010, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social investiu cerca de R\$ 10 bilhões em grandes frigoríficos, como JBS, Bertin (que se fundiram) e Marfrig. A compra de participação acionária dessas empresas pelo banco pretendia consolidar a posição do País como principal exportador mundial de proteína animal.

O “complexo carnes” deveria se tornar o principal setor exportador do agronegócio brasileiro, segundo a Política de Desenvolvimento Produtivo do Ministério do Desenvolvimento.

Nessa época, o governo já reconhecia a pecuária como o maior motivo do abate da Floresta Amazônica. Falta de coordenação no governo para evitar trombadas entre as duas políticas, aponta o TCU. “Foram identificadas falhas na articulação e coordenação, a cargo

da Casa Civil”, entre os diferentes programas de governo. A Casa Civil era comandada à época por Dilma Rousseff, que não é citada pelo TCU. A ministra era, formalmente, a coordenadora de todos os programas do governo espalhados pelos ministérios.

O próprio presidente da República, ao longo de sua campanha eleitoral, apresentou-a ao eleitorado como sendo a segunda pessoa mais importante na estrutura de governança do País.

Questionada sobre a conclusão dos auditores, a Casa Civil argumentou que contribuiu para a redução do desmatamento na Amazônia. A taxa anual anunciada no fim de 2009 foi a mais baixa em 20 anos: 7,4 mil km². “Isso não significa que estamos satisfeitos. Precisamos continuar melhorando e sempre há espaço para isso”, disse a Casa Civil.

Na época do grande investimento em frigoríficos, relatórios oficiais mostravam que a pecuária dominava 80% das áreas desmatadas. Em 2006, a Amazônia concentrava a terça parte do rebanho nacional. Em 2007, o ritmo das motosserras voltara a crescer. Com recursos do BNDES, os frigoríficos reforçaram o avanço da pecuária na Amazônia: todos os estabelecimentos industriais na região. “Como consequência, verificou-se que frigoríficos beneficiados pelo BNDES adquiriram gado de fazendas envolvidas com desmame ilegal e trabalho escravo”, relata auditoria aprovada pelo TCU.

A auditoria avaliou a suspeita de que empréstimos e investimentos do BNDES estimularam o desmatamento ilegal na região. Os investimentos do BNDES em frigoríficos desde 2005 somaram R\$ 12,7 bilhões. O tribunal avaliou também créditos do Banco da Amazônia e do Banco do Brasil, num total de R\$ 31 bilhões, que alcançaram parte do crédito rural concedido na década.

No momento em que os auditores foram a campo, não foi constatado descumprimento da legislação ambiental. Mas o relatório lembra que a aprovação regularidade por parte dos tomadores de dinheiro começou a ser exigida em julho de 2008. E que esse controle não verifica os documentos nem avalia os impactos na cadeia produtiva.

Só no fim de 2009 o BNDES passou a cobrar dos frigoríficos beneficiados que não comprassem gado de áreas desmatadas.

Foi uma reação à pressão do Ministério Público do Pará contra o gado ilegal, que contou com o apoio de grandes supermercadistas.

Área do BNDES veio seis meses após um estudo da ONG Amigos da Terra ter identificado o avanço dos grandes frigoríficos na Amazônia, patrocinado por investimentos do banco.

Com vasta riqueza em espécies de plantas e animais, o Brasil pouco avança na inovação científica a partir da biodiversidade.

Para empresas e pesquisadores, o maior entrave é a atual legislação para coleta e exploração de recursos genéticos.

Ninguém envolvido com a questão defende liberdade absoluta para pegar e usar espécies da natureza em pesquisas ou para criar produtos, como remédios e cosméticos.

Mas academia e indústria avaliam que a medida provisória que regula o acesso à biodiversidade, em vigor desde 2001, é problemática. “A legislação atual é uma barreira

à pesquisa aplicada e à pesquisa pura”, diz Rodolfo Guttilla, diretor de assuntos corporativos da Natura.

O gerente técnico científico da Ache Laboratórios, Emerson Queiroz, considera a lei “de tamanha complexidade que desestimula o aproveitamento desses recursos, dada a dificuldade de se obter autorização para acessar e pesquisar os recursos genéticos”.

Ele dá um exemplo concreto. A legislação exige que antes do desenvolvimento do produto se efetive um contrato de repartição de benefícios – para pagar comunidades tradicionais, como índios, que já utilizem a planta ou animal analisados.

“Ocorre que os estudos de desenvolvimento de fármacos são de longa duração, possuem elevado custo e apenas uma pequena fração chega ao mercado. Assim, o eventual pagamento deveria incidir apenas no produto efetivamente desenvolvido e comercializado”, argumenta.

Segundo empresas, a situação não é muito melhor no resto da América Latina. “Apenas a Colômbia está interessada em aperfeiçoar seu marco regulatório”, diz Guttilla. No Hemisfério Norte, as leis são mais simples – mas muitos países já não têm florestas nem diversidade de espécies.

“Ainda não existe um país que conseguiu estabelecer um sistema jurídico adequado e justo”, afirma Queiroz.

Biopirataria.

Os cientistas reclamam que são vistos como biopiratas e criticam principalmente o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (Cgen), que avalia e autoriza projetos que necessitam de coleta de materiais.

Da forma como esta, somos todos ilegais”, diz Vanderlan Bolzani, vice-diretora da Agência Unesp de Inovação. Ela desistiu do último projeto por não conseguir autorização para fazer novas coletas.

“É mais fácil um estrangeiro vir ao País e levar pequenas amostras, que são suficientes para estudar, e patentear lá fora um composto da nossa flora.”

Em 2008, o governo se comprometeu com os cientistas a resolver a questão. Um projeto de lei foi elaborado, mas nunca chegou ao Congresso.

Foi para a Casa Civil e não avançou. Fiz tudo o que estava a meu alcance para resolver”, disse Luiz Antonio Barreto de Castro, secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério de Ciência e Tecnologia. O País acabou indo a COP-10 da Convenção sobre Diversidade Biológica, em Nagoya, com a lacuna.

A reunião, que termina nesta semana, pretende firmar compromissos para garantir a conservação e o uso sustentável da biodiversidade nos próximos dez anos. O Ministério do Meio Ambiente, que preside o Cgen, afirmou não ter resposta às críticas,

pois a ministra Izabella Teixeira e o secretário de Biodiversidade e Florestas, Braulio Dias, estão em Nagoya.

Agricultura amazônica pode chegar a 8.000 anos – Reinaldo José Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 24/10/2010

Data obtida em sítio de Rondônia é uma das mais antigas da América. Indício vem da presença de terra preta, solo que surge em uso intenso da vegetação; obra de usina possibilita achado

O sítio arqueológico conhecido como Garbin não existe mais. Tragado pelas obras da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (RO), em seu lugar ficará o vertedouro da barragem -uma espécie de válvula de escape da usina.

Antes que o sítio sumisse, porém, arqueólogos desenterraram ali sedimentos e artefatos que podem indicar que a agricultura na Amazônia foi "inventada" há uns 7.700 anos -uma das datas mais antigas do continente, e a mais velha do Brasil.

A pista de que a técnica foi dominada em época tão remota é indireta, mas forte. Trata-se da chamada terra preta (veja infográfico à direita), solo rico em matéria orgânica que, até onde se sabe, só surge com o acúmulo constante de dejetos de origem animal e vegetal, característico do uso intensivo desses recursos.

"Se não era agricultura propriamente dita, eles, no mínimo, estavam fazendo um manejo intenso dos recursos vegetais", diz o arqueólogo Renato Kipnis, sócio da empresa Scientia Consultoria Científica e um dos coordenadores do trabalho.

AO RESGATE

Kipnis e seus colegas andam zanzando para cima e para baixo da BR-364, perto de Porto Velho, desde 2008. Por lei, as compensações ligadas a uma usina do porte da de Santo Antônio, no rio Madeira, exigem o resgate de possíveis bens de interesse arqueológico que apareçam na construção. A empresa do arqueólogo venceu a licitação para fazer o serviço.

"Imagine só quando percebemos que os principais sítios estavam bem no canteiro da obra", brinca Ricardo Márcio Martins Alves, gerente de sustentabilidade da Santo Antônio Energia. "Mas logo conseguimos nos organizar para que o trabalho dos arqueólogos fosse feito."

A equipe da Scientia descobriu que, em paralelo com a rodovia moderna, corria uma hidrovía pré-histórica. A calha do Madeira na região está coalhada de sítios, que abrangem ambas as margens do rio e também as ilhas e pedrais (rochas de corredeiras) no meio do leito. Há gravuras rupestres, cerâmica decorada, artefatos de pedra e terra preta para dar e vender.

"O incomum é que no sítio Garbin havia terra preta associada a artefatos de pedra, e não a cerâmica", diz a arqueóloga gaúcha Silvana Zuse, que integra a equipe. Vasculhar esses instrumentos em busca de restos vegetais microscópicos pode indicar o que, afinal, os moradores do Garbin cultivavam. A aposta mais óbvia: mandioca, a lavoura amazônica por excelência.

"É chato saber que vários sítios vão sumir. Mas, se não fosse pela obra, dificilmente teríamos tanta verba para trabalhar aqui", diz a geóloga Michelle Mayumi Tizuka.

O jornalista **REINALDO JOSÉ LOPES** viajou a convite da Santo Antônio Energia

Ideia de "mata virgem" passa por uma revisão – Folha de São Paulo – Ciência – 24/10/2010

Se novos dados confirmarem a antiguidade da agricultura nativa na calha do Madeira, deve ganhar ainda mais força uma hipótese defendida por arqueólogos que trabalham na Amazônia.

Trata-se da ideia de que o termo "floresta virgem" pode ser profundamente enganoso. A mata seria, na verdade, uma "floresta cultural", manejada pelos indígenas ao longo de milhares de anos para que as espécies de seu interesse prosperassem.

Quem se embrenha na mata da ilha Dionísio, um dos locais estudados pela equipe da Scientia, não precisa de muito para crer na ideia.

Após caminhar por alguns minutos por uma floresta estonteantemente diversa, onde nenhuma árvore é igual à vizinha, você parece cruzar os limites de um círculo invisível dentro do qual, de repente, uma única espécie reina.

É um urucurizal -como o nome diz, uma concentração da palmeira conhecida como urucuri. O fruto é comestível.

"Uns gostam, outros nem tanto. O pessoal come quando cai da árvore", conta Vanderlei Alves Santos, assistente de campo das escavações que, empolgado com o trabalho, enfrenta o vestibular para o curso de arqueologia da Universidade Federal de Rondônia no mês que vem.

"Há um debate grande se coisas como o urucurizal são naturais ou surgiram pelo manejo da floresta", diz Kipnis. "O risco é você criar uma espécie de viés de confirmação. Se procurar sinais de uma floresta antrópica [ou seja, gerada pelo homem] em locais onde sabidamente houve ocupação no passado, vai acabar achando, claro."

Uma ideia para contornar isso seria calcular a "assinatura" visual de certos tipos de árvore -as "culturais" e as de uma mata mais virgem, por exemplo- quando vista do espaço, via satélite. "Aí você poderia detectar as áreas e ir lá escavar para ver se há sítios mesmo", explica.

Em outra ilha, enquanto escava, o arqueólogo Eduardo Bespalez aponta uma enorme sumaúma, espécie de mata intacta. "Essa aí viu o pessoal dançando no terreiro", brinca. **(RJL)**

Um olhar sobre a COP 10 – Ricardo Young – Folha de São Paulo – Opinião – 25/10/2010

De 18 a 29 de outubro, líderes políticos, cientistas, ONGs e empresários de 193 países estarão reunidos em Nagoya, no Japão, para discutir os rumos da preservação da biodiversidade no planeta, na 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 10).

Temas complexos e alguns de difícil acordo entre as nações estão na pauta. Há dois grupos de trabalho discutindo estes temas.

Um deles aborda a questão das águas continentais e das montanhas; o outro revisa as metas estabelecidas para 2010 e debate o plano estratégico 2011-2020. A ideia é zerar a perda da biodiversidade até o ano de 2020.

Um ponto delicado deste plano estratégico será estabelecer o acordo sobre acesso e repartição dos benefícios dos recursos genéticos da biodiversidade (conhecido como "Protocolo de ABS"), bem como sobre a mobilização dos investimentos necessários para a execução deste plano estratégico.

O que se busca em Nagoya, no fim das contas, é um plano justo e igualitário de repartição de benefícios dos recursos genéticos que garanta, em última instância, a preservação da vida neste planeta.

Preservar a diversidade biológica significa garantir a manutenção não só de sistemas imprescindíveis para a nossa sobrevivência, mas que são também o maior patrimônio de conhecimento e de cultura a que o ser humano pode ter acesso.

A natureza não deixa de ser um grande laboratório de bilhões de anos de idade, que já solucionou outros milhões de problemas sem criar e perder nada, mas transformando tudo (como diria Lavoisier).

Nós com nossa ciência mal conseguimos desvendar algumas destas soluções e copiá-las para resolver problemas. Desde o século 17, a natureza tem sido considerada um obstáculo ao progresso do ser humano, considerado o "centro" da civilização. Esta concepção levou à destruição em massa de várias formas de vida na Terra, pondo em risco, agora, a própria sobrevivência da humanidade.

A nova civilização que precisa ser erguida tem de ser a civilização do "cuidado" -com o ambiente, com as pessoas e com a vida, no sentido mais amplo. Os valores norteadores desta empreitada estão contidos na Carta da Terra, uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, no século 21, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica (www.cartadaterra.org.br).

Neste momento em que é urgente mudar a maneira de pensar e viver, a Carta da Terra nos desafia a rever nossos valores e a buscar um caminho melhor para a nossa existência. O desafio é também seu, leitor ou leitora.

RICARDO YOUNG escreve às segundas-feiras nesta coluna.

Floresta alugada começa a dar madeira – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 25/10/2010

Quatro anos após aprovação de lei, concessões para o uso sustentável de árvores da Amazônia saem do papel

Área já aprovada para a exploração, contudo, é menos de 2% da que foi prevista originalmente; processos atrapalharam

A principal experiência de desenvolvimento sustentável induzida pelo governo na Amazônia começou há mais de um mês -sem que ninguém tivesse notícia.

Às 11h16 da manhã de 21 de setembro, uma motosserra da madeireira Sakura derrubou uma árvore de roxinho (*Peltogyne paniculata*) em uma mata na Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia.

Foi a primeira árvore abatida de acordo com um modelo pioneiro no Brasil, as concessões florestais.

O regime dá às madeireiras concessionárias o direito de explorar uma floresta pública por 40 anos em manejo de baixo impacto -técnica que extrai um mínimo de árvores de um máximo de espécies e deixa a floresta se regenerar. Em troca, as empresas pagam royalties ao governo.

A notícia do início da exploração no Jamari só chegou a público semanas depois, na forma de um comunicado à imprensa do Serviço Florestal Brasileiro.

Foi solenemente ignorada no discurso ambiental da candidata governista, Dilma Rousseff, ao receber apoio de líderes do Partido Verde na semana passada.

Quando lançada em 2006, porém, a ideia das concessões foi vendida como salvação da economia da floresta.

O governo esperava colocar 10 milhões de hectares de florestas públicas em aluguel no primeiro ano, para competir com a exploração predatória e freá-la, reduzindo o desmate na Amazônia.

LENTA DECOLAGEM

Na prática, porém, as concessões decolaram lentamente. Quatro anos depois da aprovação da lei que as regulamenta, só existem duas florestas licitadas, num total de 145 mil hectares -menos de 2% do planejado.

A lentidão no processo tem irritado o setor madeireiro. Vitimados pelas operações de fiscalização e por exigências cada vez mais duras do mercado internacional, os madeireiros exportadores veem as concessões como a única saída para o setor.

"Não temos ainda uma economia florestal", diz Justiniano Netto, da Aimex, associação das exportadoras de madeira do Pará.

O diretor do Serviço Florestal Brasileiro, Antônio Carlos Hummel, reconhece que houve excesso de otimismo sobre o novo modelo.

"Houve um erro nosso de dizer que haveria milhões de hectares sob concessão imediatamente. Geramos expectativa demais", conta.

O governo descobriu, por exemplo, que não poderia alugar qualquer floresta pública -só as que estavam em florestas nacionais (Flonas).

Falta de infraestrutura e de regularização fundiária também impediram que as concessões começassem onde o Serviço Florestal queria: no distrito florestal da BR-163, num projeto para levar o manejo sustentável à principal "zona quente" de desmatamento na época.

O governo, então, optou por Jamari, mas ações na Justiça fizeram a concessão levar três anos para acontecer.

Além da Sakura, duas outras madeireiras, a Amata e a Madeflona, começaram a explorar a área de 96 mil hectares sob concessão em Jamari. Os contratos devem render aos cofres públicos R\$ 3,3 milhões no primeiro ano.

O gerente da Amata, Roberto Waack, afirma que o atraso no início das concessões é o preço do pioneirismo. A Amata espera obter R\$ 8 milhões no primeiro ano de operação em Jamari.

"Estamos vivendo uma mudança de paradigma. A madeira ilegal está sendo sufocada", diz. Segundo ele, a Copa do Mundo, a Olimpíada e os programas federais de habitação devem gerar uma demanda alta por madeira de origem legal no Brasil. O Serviço Florestal já pôs mais 275 mil hectares em edital neste ano, e espera chegar no ano que vem a 1 milhão.

Ministra aborda em Nagoia a valoração da biodiversidade – Sítio eletrônico do MMA – 25/10/2010- Carine Corrêa

Ministra Izabella Teixeira afirma que o grande desafio dos países é tornar o tema da biodiversidade mais visível e efetivo, considerando-se não só os aspectos econômicos, mas também sociais, do desenvolvimento das nações.

Em sua primeira participação na COP-10, realizada na cidade japonesa de Nagoia, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse que o grande desafio dos países é tornar o tema da biodiversidade mais visível e efetivo, considerando-se não só os aspectos econômicos, mas também sociais e do desenvolvimento das nações. Ela discursou em evento realizado nesta segunda-feira (25), em que foram debatidos os principais pontos do relatório TEEB (A Economia de Ecossistemas e Biodiversidade), que trata da valoração econômica dos elementos da biodiversidade.

"É importante conciliar estratégias de desenvolvimento e manutenção da biodiversidade, considerando-se questões como agricultura sustentável, segurança alimentar e energética e exploração de recursos naturais, como o pré-sal", afirmou a ministra.

"Este será o grande desafio deste século, porque temos de lembrar que a base de tudo isso deve ser a sustentabilidade. Creio que o TEEB possa contribuir para associar todos estes temas nas discussões dos tomadores de decisão e formuladores de políticas públicas aqui presentes", disse.

Izabella Teixeira destacou a importância de se conhecer melhor não apenas o preço, mas fundamentalmente o que representa o valor da economia proveniente dos diferentes serviços ambientais prestados pela biodiversidade.

O relatório TEEB (sigla em inglês) trata do valor dos ecossistemas e da biodiversidade para a economia, a sociedade e as decisões políticas. Até hoje, foram feitos seis relatórios sobre o tema, o último lançado no dia 20 de outubro, durante a COP-10.

A intenção é que os dados deste estudo sejam incorporados por políticas públicas, empresas privadas, setor produtivo, governos e tomadores de decisão locais e regionais, bem como dos formuladores de políticas públicas.

A ministra disse ainda que o TEEB Brasil está sendo preparado, e que os requerimentos para a adoção destas estratégias no País já estão em fase de análise.

"Agora nós estamos preparando os termos de referência para finalizar a negociação. Depois que forem estabelecidos os compromissos da COP-10, pretendemos desenvolver uma nova estratégia nacional baseada no TEEB, como referência de uma nova economia sustentável", afirmou.

Participaram do evento líderes e tomadores de decisões de países megadiversos, da União Europeia e de outras nações, além de representantes de ONGs, instituições e empresas de todo o mundo.

A ministra passará toda a semana em Nagoia, onde terá uma extensa agenda de participação em reuniões, eventos, mesas redondas e rodadas de negociação.

O site oficial do estudo TEEB é www.teebweb.org. Todos os seis relatórios sobre TEEB estão disponíveis no site

<http://www.teebweb.org/InformationMaterial/TEEBReports/tabid/1278/Default.aspx>

Edição: Rafael Imolene

Brasil anuncia novas ações para combate à mudança do clima – Sítio Eletrônico do MMA – 25/10/2010

O Brasil, a partir da implementação do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), reduziu em mais de 70% a taxa de desmatamento na Amazônia nos últimos sete anos. Isto contribuiu com a redução da emissão de 2,9 bilhões de tCO₂eq (toneladas de carbono equivalente) até 2009. Esses dados revelam o avanço no compromisso voluntário apresentado pelo País na 15ª Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP15), realizada em Copenhague, no ano passado.

A reunião anual do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas com o Presidente da República, que ocorrerá amanhã, dia 26 de outubro, é a ocasião na qual o Governo Brasileiro, desde 2004, antecipa à sociedade seu posicionamento em relação às negociações internacionais e apresenta os seus resultados e proposições para o futuro na temática da mudança do clima.

Na reunião deste ano, haverá a apresentação de três ações estruturantes: a Segunda Comunicação Nacional à Convenção sobre Mudança do Clima, assinatura do Decreto de Regulamentação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e as diretrizes e ações estratégicas voltadas para cinco setores, reunidos no Sumário Executivo dos Planos de Mitigação, correspondentes aos compromissos voluntários assumidos em Copenhague.

A Segunda Comunicação Nacional apresenta o status da implementação da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, no Brasil. O documento apresenta dados sobre os programas e ações relativos à mudança do clima, desenvolvidos até 2010 e inclui o Inventário Nacional de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa, para o período de 1990 a 2005.

O Inventário é um dos principais instrumentos para a definição de ações previstas na Política Nacional sobre Mudança do Clima porque reúne informações sobre as emissões nos diversos setores da atividade econômica. Esse documento avançou em cinco anos além do período estabelecido pelas diretrizes da Convenção que era de 1990 a 2000. O Segundo Inventário atualiza os dados de 1990 a 1994 e apresenta novas informações para o período de 1995 a 2005. Mais de 600 instituições e cerca de 1.200 especialistas de diversos setores - energético, industrial, florestal, agropecuário, de tratamento de resíduos - foram mobilizados para sua elaboração.

A segunda ação é a assinatura do Decreto de regulamentação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC ou Fundo Clima) que institui o Comitê Gestor do Fundo com o objetivo de administrar, acompanhar e avaliar a aplicação de recursos. O Comitê decidirá sobre a destinação dos recursos para projetos, estudos e empreendimentos de mitigação e adaptação da mudança do clima e seus efeitos.

Esse Comitê será composto por representantes governamentais, comunidade científica, empresários, trabalhadores e organizações não governamentais. O orçamento inicial do fundo previsto para 2011 é de R\$226 milhões. O FNMC permite que os recursos já existentes e os previstos na Lei do Petróleo sejam utilizados para adaptação e mitigação da mudança do clima. Além dos recursos oriundos da participação especial nos lucros da cadeia produtiva do petróleo, o Fundo Clima poderá receber recursos de outras fontes, inclusive recursos internacionais, dentre os quais aqueles que venham a ser estabelecidos no âmbito da Convenção do Clima.

A terceira ação traduz-se no Sumário Executivo de cinco planos de ação: dois voltados para prevenção e controle do desmatamento - Amazônia e Cerrado - e três específicos para os setores de energia, agricultura e siderurgia. Esses planos reúnem diretrizes e propostas de ações estratégicas para a redução voluntária da emissão de gases previstos na Política Nacional sobre Mudança do Clima, aprovada em 2009. A elaboração desses planos contou com a participação de diversos segmentos da sociedade representativos dos setores. Os Sumários serão entregues ao Fórum para que sejam discutidos e aprofundados em uma reunião específica, prevista para ocorrer em novembro desse ano.

A reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas vai ainda preparar a estratégia do Brasil na 16ª Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP16), que se realizará entre 29 de novembro a 10 de dezembro em Cancun, no México.

Com essas ações, o Brasil se fortalece para consolidar uma posição de liderança nas discussões de emissões de gases de efeito estufa com crescimento econômico e redução da pobreza.

A reunião do Fórum será realizada no dia 26 de outubro, às 10h, no Salão Oeste do Palácio do Planalto, com a presença do Presidente da República. Ao final do evento será concedida uma coletiva de imprensa com os ministros da área e o secretário-executivo do Fórum, no Salão Leste do Palácio do Planalto.

Informações adicionais:

- Perguntas e Respostas
- Assessoria de imprensa do Ministério da Ciência e Tecnologia: Maria Lúcia Muniz (mlmuniz@mct.gov.br): (61) 3317-7515/ (61) 9161-1882.
- Assessoria de imprensa do Ministério de Meio Ambiente: Melissa Silva (melissa.silva@mma.gov.br): (61) 2028 1494/ (61) 9972-3703

Floresta para explorar – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 26/10/2010

A proposta de conceder florestas nacionais para empresas, apresentada pelo governo ao Congresso Nacional, em 2005, só agora começa a vingar. As chamadas "flonas" são unidades de conservação pertencentes ao poder público, que podem ser

objeto de exploração econômica. Os royalties obtidos são destinados a ações públicas ambientais.

As primeiras árvores abatidas em área licitada pelo governo federal caíram há um mês, na Floresta Nacional do Jamari (RO). A área delimitada, de 96,5 mil hectares, será explorada com técnicas de baixo impacto, que mantêm a cobertura florestal.

A floresta é dividida em dezenas de talhões, e poucas árvores são retiradas de cada gleba. A madeira só volta a explorá-las após a quantidade de anos necessária para que as matas se regenerem.

Outros 48,8 mil hectares foram licitados na Flona Saracá-Taquera (PA), mas ainda não se iniciou a retirada. Mais de 1 milhão de hectares estão reservados para concessão em 2011. Isso representa um décimo das terras da União passíveis de ser concedidas, as quais totalizam pouco mais do que a área de Santa Catarina.

A concessão florestal aparece como reação do Estado contra madeireiros ilegais, primeiro elo da cadeia de desmatamento na Amazônia. Grileiros lhes vendem o "direito" de extrair madeira -o que fazem em geral de modo caótico, destruindo mais árvores do que retiram. As áreas assim degradadas sofrem então corte raso, para dar lugar, em geral, a pastagens.

Com um abastecimento regular de madeira legal, espera-se que essa exploração predatória defina. Calcula-se que 40 milhões de hectares explorados de modo sustentável poderiam suprir toda a demanda nacional.

A União, porém, só dispõe de um quarto dessa superfície, ou 10 milhões de hectares. Os 30 milhões de hectares restantes teriam de sair de terras sob controle dos Estados ou municípios. A boa notícia é que essa possibilidade já começa a se materializar. O Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará preparou edital para a concessão de 173 mil hectares -a primeira proposta por um Estado.

Tudo indica que um ciclo virtuoso se inicia, no qual a exploração de riqueza da floresta ocorre sem prejuízo de sua preservação.

Amazônia ganha 1 espécie a cada 3 dias – Folha de São Paulo –
GIULIANA MIRANDA -Ciência – 26/10/2010

Relatório diz que foram achados 1.222 novos animais e plantas em dez anos; conta desconsidera invertebrados

Número de espécies faz com que a Amazônia supere, sozinha, a soma dos novos registros feitos em outros biomas

A enorme biodiversidade da Amazônia é velha conhecida dos cientistas, mas agora eles estão mais próximos de quantificá-la. Um novo relatório mostra que, entre 1999 e 2009, foram registradas 1.222 novas espécies na região -o equivalente a um novo achado a cada três dias.

Isso significa que, sozinha, a floresta amazônica revelou mais espécies do que a soma de outros biomas reconhecidamente biodiversos, como Bornéu e a bacia do rio Congo, no mesmo período.

Entre as novidades estão tipos de piranhas, macacos, papagaios, sapos, um boto-cor-de-rosa e até uma gigantesca sucuri. Os dados estão no relatório "Amazônia Viva!", que acaba de ser lançado pela ONG WWF.

O documento compila dados de oito países e da Guiana Francesa (território francês), locais por onde se estende o bioma amazônico.

O resultado só considera os vertebrados. De acordo com o relatório, "milhares de invertebrados documentados" ficaram de fora.

"O número impressionante de descobertas mostra que, se aumentarmos o esforço de pesquisa, temos potencial para localizar ainda mais espécies", afirma Mauro Armelin, mestre em ciências florestais e coordenador do Programa da Amazônia da WWF-Brasil.

O Brasil, país que tem a maior "fatia" da floresta, destacou-se com seus primatas. Das sete novas espécies, seis estão em território nacional.

Contando com eles, foram registrados 39 mamíferos. Na Bolívia, foram encontradas novas espécies de botos, que se distinguiriam de seus "parentes" brasileiros por terem corpo e cabeça menores, além de mais dentes.

As plantas são responsáveis pela maior parte das novas espécies. Foram 637 na última década.

Os peixes vêm atrás, com 257 novos registros. Também foram contabilizados 216 novos anfíbios, 55 répteis e outras 16 aves.

Apesar de recém-descobertas, muitas das novas espécies já estão em perigo. A pressão da agricultura, a expansão da pecuária e a construção de grandes hidrelétricas na região ameaçam o habitat de espécies que dependem de um frágil equilíbrio para sobreviver.

OURIÇO

É o caso do Coendou rosmalenorum, um minúsculo ouriço encontrado nas margens do rio Madeira, em Rondônia. O bichinho foi descoberto durante uma expedição de resgate de fauna na área, afetada pela construção da hidrelétrica Samuel.

"Quanto maior o potencial de retorno econômico ligado ao habitat dessas espécies, mais ameaçadas elas estão", disse Mauro Armelin.

Segundo o coordenador, o Estado tem um papel importante para a preservação das novas e das antigas espécies.

"O BNDES financia grandes obras de infraestrutura aqui e no exterior. É preciso ligar essas ações aos esforços de preservação", avalia. O relatório completo estará disponível para o público no site da WWF-Brasil (www.wwf.org.br), em inglês e em português.

Lei nacional do clima tem regulamentação incompleta adiada – Claudio Angelo –
Folha de São Paulo – Ciência – 26/10/2010

Fundo destinado a financiar cortes de CO2 vai receber só um quarto da verba prevista

O governo prometeu para o mês que vem a regulamentação da lei do clima, que estabelece como o Brasil cumprirá as ambiciosas metas de redução de emissões de gás carbônico anunciadas na cúpula de Copenhague.

Sem a regulamentação, será letra morta a proposta brasileira de cortar de 36,8% a 38,9% suas emissões em 2020 em relação ao que elas seriam se nada fosse feito.

Hoje Lula sanciona um decreto regulamentando o Fundo Nacional de Mudança Climática, que destinará dinheiro do setor do petróleo para ações de adaptação e corte de emissões. Previsto para ter R\$ 800 milhões ao ano, o fundo começa com R\$ 226 milhões em 2011. A verba será gerida pelo BNDES.

A implementação da lei, porém, fica para depois. E deverá ser incompleta: ela abará apenas cinco setores-desmatamento na Amazônia e no cerrado, agropecuária, siderurgia e energia.

Ficam de fora fontes significativas de CO₂, como o pré-sal e o setor de transportes -o que mais queima combustíveis fósseis no país.

Isso se o decreto presidencial que regulamenta a lei para esses cinco setores for mesmo editado neste governo. Fontes próximas à discussão afirmam que o prazo é curto para que a Casa Civil possa formatar um decreto a ser assinado ainda por Luiz Inácio Lula da Silva.

Um dos motivos do atraso é o fato de que o inventário brasileiro de emissões, que baseará as projeções de quanto carbono o país lançará na atmosfera em 2020, só será divulgado hoje.

"Nós achávamos que teríamos as informações [sobre emissões] antes para a regulamentação da lei, mas tivemos de esperar terminar o inventário", disse Johannes Eck, assessor da Casa Civil.

As metas foram calculadas, em 2009, com base em uma estimativa preliminar, que apontava emissões de 2,7 bilhões de toneladas de CO₂ equivalente em 2020.

PARA CANCÚN

Segundo Eck, o trabalho de projetar oficialmente as emissões deve levar semanas. "A ideia é ir para a COP com a regulamentação", afirmou, referindo-se à conferência do clima de Cancún, no fim de novembro.

Ambientalistas têm criticado a exclusão do pré-sal e dos transportes do decreto. "O pré-sal pode dobrar nossas emissões", diz Sérgio Leitão, do Greenpeace.

A secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Branca Americana, diz que não é preciso colocar todos os setores num mesmo pacote. Outros poderão ter suas metas incluídas na política do clima a partir do ano que vem.

Agricultura é essencial para redução de gases de efeito estufa – Sítio Eletrônico do MAPA – 26/10/2010

Brasília (26.10.2010) - A agricultura de baixo carbono é uma das medidas centrais para que o Brasil tenha sucesso na mitigação dos efeitos do clima, afirmou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na manhã desta terça-feira, 26 de outubro. Ele encerrou a reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, no Palácio do Planalto, quando também foi lançado o *Inventário Brasileiro de Emissões de CO₂*.

Lula mencionou os R\$ 2 bilhões destinados ao programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), instituído este ano, para financiar, a juros baixos, práticas que

reúnam eficiência no campo com redução das emissões de CO². Segundo o presidente, os incentivos do governo para promover uma “safra verde” e o empenho do setor rural juntamente com o combate ao desmatamento serão fundamentais para que o Brasil atinja as metas de redução, até 2020, entre 36% e 39% das emissões de gases de efeito estufa anunciadas em 2009, durante a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP15), em Copenhague (Dinamarca).

“Os compromissos estabelecidos estão sendo cumpridos e se continuarmos neste ritmo vamos antecipar a meta em quatro anos”, afirmou. “Estabelecemos metas voluntárias e demos uma resposta ousada e concreta ao mundo sem abdicar de crescimento econômico e promoção da inclusão social”, disse. O presidente citou ainda como ações importantes para mitigar as mudanças climáticas, os zoneamentos agroecológicos da cana-de-açúcar e da palma de óleo, para orientar a expansão das duas culturas com preservação ambiental, e a política de incentivo à tecnologia dos carros *flex-fuel*. “Os empresários rurais já entenderam que cuidar do clima é uma vantagem comparativa em relação a outros países produtores de alimentos”, completou Lula.

Nesta manhã, o presidente também assinou o decreto que regulamenta o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas, que vai financiar ações de combate à desertificação, adaptação ao clima, promoção e difusão de tecnologias, incentivo às cadeias produtivas sustentáveis e pagamento de serviços ambientais. Para 2011, o fundo já tem aprovados R\$ 226 milhões.

O *Inventário Brasileiro de Emissões de CO²* será apresentado na 16ª *Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP-16)*, em Cancun (México), que será realizada de 29 de novembro a 10 de dezembro deste ano. (Laila Muniz)

Emissões de gases-estufa caem 19% e chegam ao menor nível desde 1995 – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida – 27/10/2010

Estimativa da quantidade de gases causadores de efeito estufa lançados na atmosfera pelo Brasil indica que as emissões de carbono caíram 19% em quatro anos. Além disso, no ano passado foi registrado o menor nível de emissões desses gases desde 1995.

Anunciada pelo governo amenos de um mês da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, em Cancún, no México, essa estimativa aponta que o Brasil poderá cumprir com alguma folga as metas de redução das emissões.

A projeção, feita pelo ministro de Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, e lançada em cerimônia ontem no Palácio do Planalto, é resultado sobre tudo da queda do ritmo de desmatamento na Amazônia.

No ano passado, os satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) detectaram a menor taxa de desmatamento em 20 anos no bioma. Nova redução deverá ser anunciada no mês que vem.

O desmatamento ainda é a principal fonte de emissão de gás carbônico e demais gases de efeito estufa no País. Em 2005, último ano contemplado no segundo inventário nacional das emissões, a participação do desmatamento – não só na Amazônia – foi de 61%.

A agricultura vem logo em seguida no ranking, com 19% das emissões. O setor de energia, que inclui os poluentes lançados por carros, ônibus e caminhões, foi responsável por 15% das emissões. Processos industriais, liderados pela produção de cimento, respondem, no retrato das emissões de 2005, por 3% do total. O tratamento de resíduos, que inclui as emissões de aterros sanitários, é o setor com a menor participação.

Em 2005, segundo o inventário submetido à Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, o País emitiu 2,192 gigatoneladas de gases de efeito estufa em medida equivalente de dióxido de carbono (somadas emissões de todos os gases de efeito estufa convertida em CO₂).

Em 2009, com base na estimativa feita por Rezende, as emissões caíram para 1,775 gigatoneladas de carbono equivalente.

Metas.

De acordo com as metas anunciadas em novembro do ano passado, pouco antes da conferência de Copenhague, o Brasil se comprometeu a cortar entre 36% e 39% das emissões projetadas para 2020 e calculadas em 2,7 gigatoneladas de carbono equivalente. Ou seja, o País deverá chegar a 2020 com um número próximo do estimado para 2009.

Comemorada na cerimônia do Fórum de Mudanças Climáticas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva como sinal de que o Brasil está na vanguarda do debate das mudanças climáticas, a estimativa de redução das emissões é uma boa notícia, mas representa um grande desafio.

Para manter o nível de gases de efeito estufa lançados na atmosfera o País não terá apenas de aprofundar o combate ao desmatamento, inclusive no Cerrado, como precisará conter as emissões em setores como transportes, indústria e agricultura.

Quase um ano depois da sanção da lei de mudanças climáticas, que trata das metas de redução, ainda não foram definidos planos setoriais de corte das emissões.

Na solenidade de ontem, Heloísa Menezes, diretora da Confederação Nacional da Indústria (CNI), alegou que a economia de baixo carbono requer estímulos oficiais e pode ter impactos sobre o ritmo de crescimento da economia.

Na agricultura, um dos problemas é recuperar 15 milhões de hectares (150 mil quilômetros quadrados) de pastagens degradadas, de um total de 60 milhões de hectares de terras nessas condições existentes no País.

Planos setoriais.

Os planos setoriais para redução das emissões ainda estão em fase inicial de discussão. E o governo debate se vai lançar as metas em forma de compromissos obrigatórios, o que poderia criar dificuldades para a obtenção de verbas internacionais para projetos de cortes de emissões no País.

Tampouco há definição sobre o estabelecimento de um mercado de créditos de carbono no Brasil, a partir de proposta em estudo pelo Ministério da Fazenda.

Com a regulamentação das metas do clima ainda em passos iniciais, o governo conta, por ora, com os resultados do combate ao desmatamento na Amazônia.

Ontem, Lula comemorou o resultado de medidas como o monitoramento da Amazônia por satélites e o corte de crédito a produtores rurais que estejam em desacordo com a legislação ambiental. Em 2008, pressionado por proprietários de terras,

Lula cogitou rever essas duas medidas.

Amorim vê Cancún com baixa expectativa

O chanceler Celso Amorim afirmou ontem que o Brasil participará da próxima reunião da União das Nações Unidas sobre o clima, em Cancún, no México, com “posição moral” elevada, mas expectativas baixas. “Isso não quer dizer que Cancún vai ser um fracasso total, mas o nível de expectativas baixou”, comentou o ministro das Relações Exteriores, a menos de um mês do início da reunião.

Amorim apontou a falta de uma lei de corte das emissões de carbono nos Estados Unidos como a principal justificativa para o seu diagnóstico da reunião.

Recentemente, o Senado dos Estados Unidos abandonou a tentativa de aprovar um projeto que havia passado, por uma margem pequena de votos, na Câmara dos Deputados.

A resistência para reduzir as emissões de gases causadores de efeito estufa alcançou tanto parlamentares republicanos como representantes democratas. Sem frisson.

Um ano depois do fiasco da conferência de Copenhague, não há nem mesmo o frisson de telefonemas entre líderes mundiais, na tentativa de algum sinal para conter o aumento da temperatura do planeta. “Não há expectativa de um acordo abrangente”, resumiu o chanceler.

O principal objetivo da delegação brasileira, adiantou Amorim, será evitar todo tipo de retrocesso e manter as negociações em aberto para que um eventual acordo finalmente seja fechado, daqui a dois anos, quando representantes dos países se reunirem no Rio de Janeiro, em evento que lembrará os 20 anos depois da Rio 92. “Não será tarefa fácil”, observou o ministro.

Fundo Clima.

Decreto assinado ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva regulamenta o Fundo Clima, que terá R\$ 226 milhões a partir de 2011 para projetos de mitigação e adaptação aos efeitos do aquecimento global. / M.S.

Amorim vê acordo do clima só em 2012 – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 27/10/2010

Ministro das Relações Exteriores diz que "nível das aspirações baixou muito" em reuniões globais sobre o tema

Presidente Lula anuncia intenção de ir a rodada de conversas neste ano no México; Brasil libera inventário de gás-estufa

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, descartou ontem a obtenção de um acordo global sobre mudanças climáticas no ano que vem e disse esperar que "o momento decisivo" da negociação aconteça em 2012 no Rio de Janeiro.

Mesmo assim, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou sua intenção de ir à conferência do clima de Cancún, em novembro.

Fechar o novo acordo em 2012 significa uma perda de três anos desde o fracasso da conferência de Copenhague, em 2009. Significa também que haverá um buraco no qual o mundo não terá acordo algum em vigor, já que o Protocolo de

Kyoto, o único instrumento existente hoje, expira em 2012 -e leva tempo para todos os países ratificarem o próximo pacto.

Durante reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas ontem, em Brasília, Amorim tratou de esfriar os ânimos em relação às perspectivas da conferência de Cancún, a COP-16.

A principal razão para isso foi a recente morte da lei do clima no Senado dos EUA, o que colocou o maior emissor histórico de volta à estaca zero na luta contra o CO2.

"O nível das aspirações baixou muito. Não haverá um grande acordo, mas pode haver avanços em partes específicas", afirmou, citando por exemplo o mecanismo de redução de emissões por desmatamento, o Redd+.

Isso daria impulso às negociações, "primeiro na África do Sul, no ano que vem, e quem sabe depois algo importante na Rio +20", disse, em referência à cúpula em 2012 que marcará os 20 anos da histórica Eco-92.

Lula aproveitou para incentivar o comparecimento ao México: "Se a conferência não estiver boa, Cancún é sempre muito bom".

O Brasil está em posição privilegiada nas negociações. Além de ter assumido a meta de corte de 36,8% a 38,9% de suas emissões em relação ao projetado para 2020, o país regulamentou ontem um fundo para financiar ações de redução de CO2 e de adaptação ao clima.

REPETECO

O governo também apresentou a versão final do segundo inventário brasileiro de emissões de gases-estufa, que abrange o período de 1990 a 2005.

Como antecipou em 2009 o ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, as emissões subiram 60%: de 1,484 bilhão de toneladas de CO2 equivalente em 1990 para 2,192 bilhões em 2005.

O governo esperou um ano pelo dado, para só então ir adiante com a regulamentação da lei nacional, que deve acontecer no mês que vem. Porém, não apenas os dados finais são praticamente idênticos aos de um ano atrás como a projeção das emissões em 2020 apresentada ontem por Rezende é a mesma de um cálculo do Ministério do Meio Ambiente que baseou a meta brasileira: 2,7 bilhões de toneladas de CO2 equivalente.

Segundo Tasso Azevedo, consultor do Meio Ambiente, isso prova que o Brasil poderia fazer estimativas anuais de emissões se quisesse.

Uso da terra pode barrar produção - TATIANA FREITAS – Folha de São Paulo – Mercado – 27/10/2010

Debate é técnico, mas pode parar na OMC

O debate sobre o desmatamento indireto causado pelo etanol de cana tornou-se uma discussão técnica entre Brasil, EUA e Europa que pode, em última instância, acabar na OMC (Organização Mundial do Comércio).

As economias desenvolvidas, que começam a criar regras para o mercado de biocombustíveis, colocaram em pauta o impacto de uso da terra (Iluc, na sigla em inglês) na produção de etanol.

A discussão é a seguinte: se o etanol brasileiro não é responsável por novos desmatamentos, ele está empurrando outras atividades, como a pecuária, para o bioma amazônico, causando danos indiretos ao ambiente.

Para essas nações, esse movimento deve ser considerado ao avaliar o etanol como biocombustível avançado.

Segundo a Unica (associação dos produtores de cana), o etanol reduz as emissões de gases de efeito estufa em 90%, comparado à gasolina.

Mas, considerando o "efeito Iluc", esse percentual cai para 62%, segundo o EPA (Agência de Proteção Ambiental dos EUA). Até o final deste ano, a Comissão Europeia divulga o seu cálculo.

Para Marcos Jank, da Unica, o Iluc pode tornar-se uma barreira não tarifária. "Esperamos que essa punição seja comprovada cientificamente. Se não for, entraremos com um contencioso na OMC, nossa última opção", disse ontem, em evento na Fiesp sobre o tema.

Biodiversidade em perigo – O Globo – Opinião – 27/10/2010

Há 18 anos, na Rio-92, delegados de 193 países concordaram em firmar um instrumento para proteger a biodiversidade — a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Os resultados foram pífios. Em 2002, a maioria dos signatários anunciou novas medidas para alcançar uma redução significativa da perda de biodiversidade até 2010, incluindo a proteção de 10% dos habitats nacionais e compromissos pela conservação. Segundo estudo do World Wildlife Fund (WWF), houve outro estrondoso fracasso.

Esta semana, essas nações estão outra vez reunidas, agora em Nagoia, Japão, na chamada COP-10 — uma nova oportunidade para se redimir, embora danos irreversíveis já tenham acontecido nestes quase 20 anos de pouca ou nenhuma ação. O objetivo primordial da conferência é elaborar um novo plano estratégico de 20 pontos para o período 2011-2020, estabelecendo metas para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Os delegados também tentam finalizar um protocolo definindo os benefícios compartilhados dos recursos genéticos mundiais.

As notícias de Nagoia não são animadoras. Já se admite que a reunião pode terminar num fracasso similar ao da conferência sobre o clima em Copenhague, em dezembro de 2009 (COP-15).

O que projetaria nuvens negras de desânimo sobre a Conferência Climática de Cancún, a partir de 29 de novembro, continuação da COP-15. Fracassos em Nagoia e Cancún significarão sério revés nos esforços dos últimos anos para amenizar as mudanças climáticas e deter a perda da biodiversidade do planeta. As consequências para as próximas gerações seriam dramáticas.

Todos os indicadores mostram que os países pobres estão usando hoje seus recursos naturais de forma mais intensiva que em 1992, assim como os países ricos estão causando mais danos ao meio ambiente.

Como resultado, a vida no planeta está sendo submetida a pressões perigosas.

Recentes estimativas dão conta de que 20% das espécies vegetais e dos mamíferos estão ameaçados de extinção em futuro próximo. Os números para corais e

animais anfíbios são ainda piores. Desde 1992, a área de floresta tropical perdida equivale ao tamanho do Estado da Califórnia, informou o “New York Times”.

Em Nagoia, o Brasil e outros países ricos em biodiversidade têm interesse especial na adoção de um protocolo de regras para o acesso e repartição de benefícios da exploração de recursos genéticos. Se não houver acordo sobre esse ponto, e o Brasil, apoiado por outros países em desenvolvimento, levar à frente a ameaça de não aprovar outros temas, será o fracasso total da conferência. Ecologistas e políticos concordam que os ecossistemas do planeta estão em crise. Houve perdas alarmantes em habitats naturais (pântanos, geleiras, superfícies salgadas, barreiras de coral), espécies vertebradas (um terço nos últimos 35 anos) e diversidade genética.

Ninguém espera negociações fáceis ou acordos rápidos nessas discussões. Por isso mesmo, as conferências sobre clima e biodiversidade devem ganhar um caráter permanente, para que os países possam desenvolver áreas de entendimento, antes que seja tarde demais.

Fracasso na conferência de Nagoia pode antecipar revés em Cancún

Biodiversidade em perigo – O Globo – Opinião – editorial – 27/10/2010

Há 18 anos, na Rio-92, delegados de 193 países concordaram em firmar um instrumento para proteger a biodiversidade — a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Os resultados foram pífios. Em 2002, a maioria dos signatários anunciou novas medidas para alcançar uma redução significativa da perda de biodiversidade até 2010, incluindo a proteção de 10% dos habitats nacionais e compromissos pela conservação. Segundo estudo do World Wildlife Fund (WWF), houve outro estrondoso fracasso.

Esta semana, essas nações estão outra vez reunidas, agora em Nagoia, Japão, na chamada COP-10 — uma nova oportunidade para se redimir, embora danos irreversíveis já tenham acontecido nestes quase 20 anos de pouca ou nenhuma ação. O objetivo primordial da conferência é elaborar um novo plano estratégico de 20 pontos para o período 2011-2020, estabelecendo metas para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Os delegados também tentam finalizar um protocolo definindo os benefícios compartilhados dos recursos genéticos mundiais.

As notícias de Nagoia não são animadoras. Já se admite que a reunião pode terminar num fracasso similar ao da conferência sobre o clima em Copenhague, em dezembro de 2009 (COP-15).

O que projetaria nuvens negras de desânimo sobre a Conferência Climática de Cancún, a partir de 29 de novembro, continuação da COP-15. Fracassos em Nagoia e Cancún significarão sério revés nos esforços dos últimos anos para amenizar as mudanças climáticas e deter a perda da biodiversidade do planeta. As consequências para as próximas gerações seriam dramáticas.

Todos os indicadores mostram que os países pobres estão usando hoje seus recursos naturais de forma mais intensiva que em 1992, assim como os países ricos estão causando mais danos ao meio ambiente.

Como resultado, a vida no planeta está sendo submetida a pressões perigosas.

Recentes estimativas dão conta de que 20% das espécies vegetais e dos mamíferos estão ameaçados de extinção em futuro próximo. Os números para corais e

animais anfíbios são ainda piores. Desde 1992, a área de floresta tropical perdida equivale ao tamanho do Estado da Califórnia, informou o “New York Times”.

Em Nagoia, o Brasil e outros países ricos em biodiversidade têm interesse especial na adoção de um protocolo de regras para o acesso e repartição de benefícios da exploração de recursos genéticos. Se não houver acordo sobre esse ponto, e o Brasil, apoiado por outros países em desenvolvimento, levar à frente a ameaça de não aprovar outros temas, será o fracasso total da conferência. Ecologistas e políticos concordam que os ecossistemas do planeta estão em crise. Houve perdas alarmantes em habitats naturais (pântanos, geleiras, superfícies salgadas, barreiras de coral), espécies vertebradas (um terço nos últimos 35 anos) e diversidade genética.

Ninguém espera negociações fáceis ou acordos rápidos nessas discussões. Por isso mesmo, as conferências sobre clima e biodiversidade devem ganhar um caráter permanente, para que os países possam desenvolver sobre clima e biodiversidade devem ganhar um caráter permanente, para que os países possam desenvolver áreas de entendimento, antes que seja tarde demais.

Fracasso na conferência de Nagoia pode antecipar revés em Cancún

O fim do otimismo verde – O Globo – Ciência – 27/10/2010

Ricos e pobres não se entendem mais uma vez. Agora, sobre a biodiversidade Nagoia nunca foi tão parecida com Copenhague. A exemplo da Conferência sobre o Clima realizada na capital dinamarquesa em dezembro passado, a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica segue paralisada pelo impasse entre países ricos e em desenvolvimento. O segundo grupo, que reúne o Brasil e outros detentores dos ecossistemas de maior biodiversidade, quer auxílio financeiro para a preservação. Outra demanda é o repasse de verbas de empresas que exploram recursos genéticos tropicais, como os grandes laboratórios farmacêuticos. As nações ricas, no entanto, consideram o pedido o mesmo que assinar um cheque branco, e resistem a pagamentos.

Analistas internacionais acreditam que mais um fracasso nas negociações diplomáticas ligadas ao meio ambiente encerrará a era de otimismo verde inaugurada na Rio 92, quando o clima e a biodiversidade entraram na agenda mundial.

Os países em desenvolvimento iniciaram a semana recusando-se a assumir compromissos com as metas delineadas para 2020 — que cobrem, entre outros itens, a proteção de florestas, recifes de corais e espécies de água doce. As nações ricas propuseram ontem o repasse de US\$ 4 bilhões para as florestas tropicais.

A iniciativa, no entanto, ainda será avaliada.

As florestas tropicais são o centro das atenções. São elas as responsáveis por sugar da atmosfera uma parte significativa do gás carbônico, o principal responsável pelo efeito estufa. Além de frearem as mudanças climáticas, estes ecossistemas são, também, o lar de numerosas espécies.

Somente na Amazônia, 1.222 novas espécies foram catalogadas nos últimos 12 anos — registrou-se, portanto, uma descoberta a cada três dias, segundo relatório recém-divulgado pelo WWF.

— Nossas florestas precisam de uma ação imediata — pediu a ministra do

Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que chefia a delegação brasileira em Nagoia.

Os ministros das nações participantes da cúpula concentram seus esforços na criação de uma parceria voluntária envolvendo 70 países.

Aqueles que preservarem suas florestas e revitalizarem áreas devastadas seriam recompensados. De acordo com um estudo publicado esta semana pela “Science”, quase um quinto de todas as espécies conhecidas de vertebrados são hoje classificadas como “ameaçadas” pela União Mundial para a Conservação da Natureza. No entanto, as perdas seriam 20% maiores se não houvesse iniciativas para proteger determinadas espécies.

Fundo nacional para mudanças climáticas é regulamentado – Sítio Eletrônico do MAPA – 27/10/2010

Brasília (27.10.2010) - O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) foi regulamentado, nesta quarta-feira, 27 de outubro, por meio do Decreto 7.343, publicado no Diário Oficial da União (DOU). Os recursos serão aplicados em ações de combate à desertificação, adaptação ao clima, promoção e difusão de tecnologias, incentivo às cadeias produtivas sustentáveis e pagamento de serviços ambientais. Para 2011, o fundo já tem aprovados R\$ 226 milhões.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) fará parte do comitê gestor do fundo, que será composto por membros de 11 ministérios, da Casa Civil da Presidência da República, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de representantes de setores não governamentais.

O comitê se reunirá a cada quatro meses para estabelecer diretrizes em relação à aplicação dos recursos, aprovar projetos de redução das emissões de carbono, recomendar estudo e pesquisas para subsidiar as políticas destinadas ao setor e autorizar relatórios de atividades.

O decreto foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nessa terça-feira, 26 de outubro, durante a reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e o lançamento do *Inventário Brasileiro de Emissões de CO²*. (Eline Santos)

Sociedade global precisa reverter deterioração da biodiversidade – Sítio eletrônico do MMA – 27/10/2010

Em discurso no Segmento de Alto Nível na COP-10, em Nagoia, no Japão, ministra Izabella Teixeira fala sobre a necessidade de mudança nos padrões dos diferentes setores da sociedade em relação à diversidade biológica.

O estabelecimento de um pacto para implementação de um Protocolo sobre Acesso e Repartição de Benefícios e a reversão da crescente perda da biodiversidade

global são os temas que pautam as grandes discussões da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-10), em Nagoia, no Japão.

Durante discurso no Segmento de Alto Nível do evento, nesta quarta-feira (27/10), a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, destacou seu otimismo e expectativa, embora receosa, em relação aos compromissos que deverão ser assumidos pela comunidade internacional na reunião.

Para ela, é hora de providenciar respostas, soluções e ações para os encontros que, em sua avaliação, correm o risco de se tornar "intermináveis e de adiarem soluções para os problemas".

"Enquanto isso acontece, ao longo dos últimos anos, não houve apenas falta de sinais relevantes na redução da perda da biodiversidade, mas os indicadores disponíveis mostram uma crescente deterioração da diversidade biológica global", disse.

Segundo Izabella, reverter o processo de deterioração da biodiversidade -resultado da atividade humana-, requer um esforço sem precedentes, com respostas fortes e determinadas de todas as sociedades globais. "É necessária vontade política para mudar os padrões com que diferentes segmentos da sociedade se apropriam de recursos da biodiversidade".

A ministra disse que Brasil está em Nagoia com o espírito de ouvir, negociar e entender as perspectivas das nações com posições divergentes, e que o País está disposto a ser flexível para alcançar um acordo que poderá não ser perfeito, mas que significará o consenso possível.

"É chegado o momento para alcançarmos bons resultados. Se perdermos esta oportunidade, em busca do acordo perfeito, nós daremos sinais que não precisamos de um pacto. Não podemos dar ao mundo esta mensagem", advertiu.

Izabella disse, ainda, que além das negociações de um Protocolo sobre Acesso e Repartição de Benefícios, fundamental para superar o déficit de implementação da Convenção e combater a biopirataria, o Brasil está discutindo um novo plano estratégico para o período pós-2010 e uma nova estratégia para mobilização de recursos.

"Uma parte central de nossos esforços futuros deve incluir suporte para as agendas nacionais de maneira que as metas sobre biodiversidade sejam atingidas, com a garantia da soberania de cada país e com recursos e tecnologias adicionais, previsíveis e suficientes", declarou.

Segundo a ministra, três desses elementos - o Protocolo sobre Acesso e Repartição de Benefícios, o Plano Estratégico da CDB e a nova Estratégia para Mobilização de Recursos - são parte de um pacote indivisível para a COP-10. "Eles deveriam ser considerados, discutidos e negociados com a atenção e urgência que o assunto merece", destacou.

Ao concluir seu discurso, a ministra chamou a atenção dos presentes para a responsabilidade ética com as novas gerações, reafirmando que não há mais tempo para retórica e ações dissociadas dos esforços multilaterais.

"Os impactos de nossa falta de ação podem recair crescentemente sobre nós mesmos e não somente nas futuras gerações. Agir agora não é apenas uma questão de vontade política, é também uma questão de responsabilidade, compromisso, visão, ética e sobrevivência", concluiu.

Ministra defende mais investimentos para áreas protegidas na Amazônia – Sítio eletrônico do MMA – 27/10/2010

Durante encontro na 10ª Conferência das Partes sobre Diversidade Biológica (COP-10) em Nagoia, no Japão, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse, nesta quarta-feira (27/10), que a comunidade internacional precisa reconhecer a importância do trabalho dos países amazônicos na criação de áreas protegidas, e que deve fornecer apoio financeiro necessário para dar continuidade a programas estabelecidos com este objetivo.

De acordo com Izabella Teixeira, os países amazônicos já investem cerca de US\$100 milhões de dólares anuais na manutenção das áreas protegidas. No entanto, segundo representantes de governos regionais, ainda há a necessidade de um aporte extra de, no mínimo, US\$ 150 milhões anuais para esses projetos.

"É preciso ainda investir cerca de 500 milhões de dólares em infraestrutura para que essas áreas possam ter níveis básicos de consolidação", explicou.

Para a ministra, dada a importância global do bioma amazônico, uma parte significativa dessa lacuna financeira deve ser coberta de forma adequada e previsível por meio de investimentos de outros governos e instituições financeiras internacionais.

"O bioma amazônico tem um papel fundamental no sistema climático global, contribuindo com a circulação atmosférica tropical e com a manutenção das chuvas no continente americano. Além disso, o bioma tem quase 10% das reservas globais em ecossistemas terrestres", ressaltou Izabella.

Ela lembrou que 75% de todas as áreas protegidas criadas no mundo entre 2003 e 2009 estão na Amazônia. Isso representa 2,16% de todas as áreas protegidas do planeta.

"Com cerca de 6,6 milhões de quilômetros quadrados, a Amazônia abriga mais da metade das florestas tropicais do mundo, possui a maior bacia hidrográfica - com cerca de 15% a 20% da água doce do planeta- e uma das áreas com maior biodiversidade do globo", avaliou a ministra.

No evento, diretores de áreas protegidas dos nove países amazônicos apresentaram o primeiro relatório regional de implementação do Programa de Trabalho de Áreas Protegidas da CDB na Amazônia.

"Estes dados são fundamentais para o resultado positivo do indicador de áreas protegidas do último Panorama Global de Biodiversidade", disse.

Ministros e representantes dos países amazônicos também confirmaram interesse em trabalhar de forma conjunta para a conservação da região. Eles divulgaram um plano de ação para a região previsto para o período de 2011 a 2020.

"Esperamos poder trabalhar juntos nessa iniciativa de conservação regional da Amazônia e também contribuir para o sucesso da COP-10", afirmou a ministra Izabella Teixeira.

"Precisamos reconhecer o trabalho que já foi feito até agora, com resultados impressionantes, mas também fornecer um aparato técnico e político para que esses programas tenham continuidade".

Ecossistemas saudáveis e um clima estável são críticos para o bem-estar e o desenvolvimento humano, mas ambos estão severamente ameaçados. Ao passo que florestas, savanas e campos foram convertidos em cidades e fazendas, que rios foram represados para irrigar campos, e que novas tecnologias forneceram energia para produzir e consumir coisas que gerações anteriores mal podiam ter imaginado, melhoramos a vida de bilhões de pessoas. No entanto, essas mudanças recentes nos sistemas naturais custaram muito aos complexos sistemas de apoio à vida no nosso frágil mundo.

Embora muitos se sintam distantes da natureza, a perda de biodiversidade é uma ameaça imediata à saúde, à subsistência e à nossa economia. Nossa pesca depende de um oceano saudável. Nossa agricultura depende do material genético que alimenta sementes e animais, dos micro-organismos que fornecem um solo fértil e da água que irriga colheitas. Mesmo com a invenção de materiais sintéticos, árvores nos fornecem madeira e papel, fibras vegetais e animais nos dão roupas para vestir, e incontáveis organismos, muitas vezes irreconhecíveis à primeira vista, proveemnos com medicamentos

. A biodiversidade é a base de nossa riqueza e a raiz de nossa cultura. É o sistema de apoio à vida da Terra. A biodiversidade também é vital para o nosso clima. Florestas e savanas são fundamentais para a manutenção dos padrões de clima estável com o qual estamos acostumados, armazenando vastas quantidades de carbono e gerando chuva para nossos cultivos. Mangues e pântanos tornam-nos mais resistentes a eventos extremos, reduzindo a erosão costeira e as inundações e mantendo o fluxo e a qualidade da água. É a rica variedade de vida vegetal e animal, terrestre e aquática, que ajudará a adaptarmo-nos ao clima incerto do futuro.

Em sentido oposto, uma maior degradação dos sistemas naturais pode acelera o aquecimento global, que, por sua vez, vai colocar em risco o que estamos tentando proteger. Juntas, as alterações climáticas e a degradação ambiental estão reduzindo a resiliência dos ecossistemas e diminuindo a variedade de espécies e sua capacidade de adaptação.

Um clima estável e ecossistemas saudáveis são componentes vitais para o desenvolvimento. Se não entendermos a interdependência entre clima e biodiversidade, e se não desenvolvermos meios de trabalhar de maneira integrada nessas questões, pode tornarse muito mais difícil atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e livrar o mundo da fome, da pobreza extrema e de doenças que poderiam ser prevenidas, bem como evitar mudanças abruptas nos sistemas de apoio à vida do planeta, que não discriminam em função de renda.

Proteger e melhorar o bem-estar e o desenvolvimento futuros requer uma reavaliação sobre como usamos, valoramos e protegemos nosso capital natural e sobre como estruturamos nossas economias. Reconhecer o verdadeiro valor da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, e levá-lo em consideração quando de nossas decisões econômicas, poderia ajudar a orientar governos, empresas e a sociedade no sentido de um crescimento mais verde.

As soluções não serão simples nem fáceis, mas podemos e devemos procurá-las e colocá-las em prática. Um mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) poderia ser uma solução. Cuidadosamente projetado, o REDD tem o potencial para reduzir as emissões, e salvaguardar a biodiversidade de nossas florestas e de nossas savanas e as condições

de vida das pessoas que delas dependem. O estudo Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (TEEB) estima que a perda de ecossistemas causada pelo desmatamento global equivale entre dois e cinco trilhões de dólares por ano.

Para empresas, diminuir o uso de água e energia ou reciclar resíduos pode trazer benefícios de longo prazo em seus balanços de custos e de lucros, e à sociedade como um todo. Empresas preparadas para abrir caminho a novas tecnologias estão prontas para antecipar mudanças nas políticas públicas e para aproveitar novas oportunidades.

Em última análise, todos nós — governo, empresas e sociedade civil — temos interesse em reconstruir o estoque de capital natural: ele está no cerne do modelo de negócios. Esta semana, 192 países estão reunidos na 10ª Conferência das Partes da Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica em Nagoia, Japão, para discutir algumas dessas questões. Acreditamos decididamente que, ao identificar e agir sobre as relações entre o clima e a biodiversidade, poderemos proteger nosso precioso capital natural, ao mesmo tempo em que promovemos ações de adaptação e mitigação à ameaça das mudanças climáticas. Esperamos poder começar um debate importante sobre essas questões neste ano.

IZABELLA TEIXEIRA é ministra do Meio Ambiente do Brasil. **CAROLINE SPELMAN** é ministra de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais do Reino Unido.

NOTA DA REDAÇÃO: Luis Fernando Verissimo volta a escrever neste espaço em novembro.

Bicho-papão do mercado – O Globo – Ciência – 28/10/2010

ONU diz que instituições financeiras temem mais a perda de diversidade do que o terror para o mercado, os riscos financeiros decorrentes da perda de espécies e de ecossistemas são uma preocupação maior do que o terrorismo internacional, revelou um relatório do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (Pnuma). Ele foi apresentado ontem na 10ª Conferência das Partes da Convenção de Biodiversidade, em Nagoia, Japão. Perda de diversidade pode significar redução significativa dos estoques pesqueiros. Já a destruição de ecossistemas é traduzida, por exemplo, na degradação dos solos, desastrosa para a agricultura. Outros problemas destacados foram a escassez de água e a poluição.

O estudo é uma das derradeiras tentativas da ONU para pressionar governos a um acordo significativo. A conferência termina amanhã e corre o risco de se tornar um fracasso maior do que a última grande cúpula ambiental da ONU, a 15ª Conferência Internacional sobre Mudanças Climáticas (COP15), em dezembro passado, em Copenhague.

A próxima grande reunião ambiental, a COP-16, em Cancún, México, é vista sem esperança antes mesmo de começar, em 29 de novembro.

Dificuldade para estimar valores

O relatório estima que o declínio da biodiversidade pode ter um impacto de US\$ 10 bilhões por ano para bancos, investidores e seguradoras.

O diretor executivo do Pnuma, Achim Steiner, disse que o melhor exemplo de

perdas do tipo foi o desastre ambiental no Golfo do México causado pelo vazamento de óleo de uma plataforma da British Petroleum. Não só a empresa perdeu, como também tiveram prejuízos seguradoras e outras petroleiras, afetadas pela suspensão temporária da prospecção de óleo no Golfo.

— Há uma nova percepção de risco e uma preocupação emergente em instituições financeiras. Trata-se de uma mudança na mentalidade do setor, que não diz respeito apenas às empresas diretamente dependentes de recursos naturais. O mercado começou a perceber a importância econômica da biodiversidade e dos ecossistemas para os negócios e sua credibilidade e reputação — afirmou Steiner.

O principal autor do relatório, Richard Burrett, disse que é necessário desenvolver uma nova forma de avaliação de risco, que leve o valor dos serviços ecológicos em conta. — Florestas e água são consideradas “externalidades” que não entram nas contas. Só que agora não é mais possível desconsiderá-las, pois as perdas estão se avolumando — destacou Burrett.

Para o relatório, os especialistas a serviço da ONU analisaram dados de 3.000 das maiores corporações do mundo. Descobriram que em 2008 elas foram responsáveis por um custo ambiental de US\$ 2,15 trilhões, o equivalente a 7% de seu faturamento bruto e cerca de um terço de seus lucros líquidos. O estudo destaca que a consciência do mercado sobre a importância da biodiversidade ainda está num estágio inicial, principalmente porque continua sendo muito difícil estimar valores para os serviços prestados pela natureza.

Biodiversidade amazônica: tesouro a ser descoberto – Sítio Eletrônico do MMA – 29/10/2010

Carine Corrêa

Atualmente, o bioma é o mais protegido do País, com 82% de sua cobertura vegetal original, e registra a descoberta de uma nova espécie a cada três dias.

Considerada o pulmão do mundo e uma das mais importantes florestas do planeta, a Amazônia possui apenas 10% de sua biodiversidade identificada. Sabe-se, porém, que a região apresenta um alto potencial de descoberta de novas espécies pertencentes a grandes grupos, como primatas, roedores e carnívoros.

A Amazônia possui cerca de 6,6 milhões de quilômetros quadrados e abriga uma população de 25 milhões de pessoas. Apesar do alto potencial econômico da floresta, a região apresenta baixo índice de desenvolvimento humano. O bioma possui grande parte de sua cobertura vegetal original preservada (82%), mas o desmatamento e a pressão antrópica sobre a região - principalmente em decorrência da pecuária, agricultura e empreendimentos de infraestrutura -, são ameaças à manutenção da floresta em pé.

De acordo com Rômulo Mello, presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a principal ação do Governo Federal para combater a perda da biodiversidade no País será a criação e consolidação de unidades de conservação (UCs), que garantem a proteção do hábitat natural de inúmeras espécies, auxiliam no combate ao desmatamento e na promoção do desenvolvimento sustentável da região. Nos últimos três anos, a taxa de desmate da região amazônica caiu cerca de 50%.

Dados do ICMBio revelam que, atualmente, existem 115 unidades de conservação federais na região, equivalente a cerca de 60 milhões de hectares protegidos. Destas, 77 são de uso sustentável e 38 de proteção integral. Aproximadamente 57 mil famílias vivem em áreas protegidas e retiram da floresta a sobrevivência de maneira sustentável. Nos últimos oito anos, dos 24 milhões de hectares de áreas de conservação criados no País, 23,5 milhões foram implementados na Amazônia.

Programa Arpa –

O Brasil criou cerca de 70% das áreas protegidas de todo o planeta na última década, a maior parte delas na Amazônia. O avanço pode ser creditado, em grande parte, ao programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), que opera com recursos internacionais e contrapartidas do governo brasileiro.

Criado em 2003 com o objetivo de garantir a proteção da biodiversidade da Amazônia a longo prazo, o Arpa tornou-se o maior programa de proteção de florestas tropicais do mundo. Em sua primeira fase, finalizada em 2009, o programa contribuiu para a criação de 44 unidades de conservação na região amazônica brasileira, além da implementação de outras 62 áreas protegidas. Também apoiou 14 projetos relacionados à sociobiodiversidade localizados nos entornos das UCs.

Dentre as iniciativas promovidas, foram criadas cooperativas e estabelecidos acordo de pesca sustentável. Nesse período, foram investidos US\$ 2,8 milhões de reais nas áreas em torno das UCs. Também foi instituído nesta etapa um Fundo para Áreas Protegidas, que contabilizou US\$ 25 milhões. Parte deste recurso será direcionada a populações e comunidades tradicionais da região.

Prêmio - O reconhecimento da importância do programa na conservação da Amazônia brasileira fez com que a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, recebesse um prêmio da instituição WWF Internacional, no dia 19 de outubro, nos Estados Unidos. A instituição participa do projeto Arpa desde a sua primeira fase, em parceria com a agência de cooperação técnica alemã GTZ e o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, em inglês).

Novas metas - Na segunda e terceira fases do programa, previstas para os próximos sete anos, existe a meta de criação de 20 milhões de hectares de áreas protegidas na região. Metade será implementada como unidades de conservação de proteção integral. A outra parte será estabelecida para UCs de uso sustentável.

Os recursos para as novas etapas do programa são provenientes de organismos internacionais e do governo brasileiro: US\$ 16 milhões do GEF; US\$ 60 milhões do governo alemão, por meio do Banco Alemão (KfW); US\$ 15 milhões do WWF Internacional (Fundo Mundial para a Natureza), e US\$ 40 milhões do Fundo Amazônia. A contrapartida do governo brasileiro é de aproximadamente US\$ 25 milhões.

Assim que atingir a nova meta, o Brasil será responsável pela criação de 60 milhões de hectares de florestas protegidas na Amazônia, até 2017, número que abrange a consolidação de áreas já protegidas e a criação e consolidação de novas unidades de conservação.

Desta forma, os resultados do Arpa contribuirão para atingir as metas brasileiras assumidas nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas e na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Novas espécies - De acordo com o relatório Amazônia Viva, apresentado nesta terça-feira na COP-10 pela World Wildlife Fund (WWF), uma nova espécie é descoberta na região a cada três dias, em média. Entre 1999 e 2009 foram descobertas aproximadamente 1.200 novas espécies. As recentes descobertas na floresta

amazônica, em diferentes países da América do Sul, abrangem 637 plantas, 257 peixes, 216 anfíbios, 55 répteis, 16 pássaros e 39 mamíferos.

O estudo da WWF comprova que grande parte da biodiversidade amazônica é ainda desconhecida pelos cientistas, e que nos últimos 50 anos a pressão antrópica sobre a região ocasionou a perda de 17% da área de floresta tropical, equivalente a duas vezes o tamanho da Espanha.

Entre as raras espécies encontradas destacam-se a formiga marçiana, o papagaio-de-cabeça-laranja, a rã-camaleônica, e um pequeno peixe que vive em águas subterrâneas.

A WWF recomenda a importância do avanço na criação de áreas protegidas, parques naturais e reservas que permitam a conservação do meio ambiente. O relatório "Amazônia Viva" está disponível em: http://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?uNewsID=26344&utm_source=twitterfeed&utm_medium=twitter&utm_campaign=website-news

Espécies ameaçadas - De acordo com Keila Juarez, bióloga do MMA, além dos fatores antrópicos, o que mais ameaça a biodiversidade da região amazônica é a fragmentação de habitats, porque áreas não contíguas comprometem a reprodução de espécies, que uma vez isoladas começam a se reproduzir entre si.

"O trânsito de populações é importante porque possibilita a variabilidade genética, propiciando a multiplicação de indivíduos saudáveis. Já o cruzamento entre famílias resulta em uma degradação genética", explica.

Dentre as principais causas de devastação dos habitats amazônicos estão empreendimentos como a construção de hidrelétricas e de estradas, além do crescimento desordenado de cidades. Segundo Ugo Vercillo, coordenador geral de Espécies Ameaçadas do ICMBio, hoje existem 45 espécies ameaçadas de extinção na região, dentre elas a onça-pintada, o peixe-boi-da-amazônia e peixes como o cará e o aracu-boca-pra-cima. Na categoria dos insetos, os mais comprometidos são as aranhas boleadeira-de-unha-longa e a erezíade.

Dentre as aves, o número de ameaçadas chega a 12, especialmente a arara-azul-pequena. Já entre os mamíferos estão ameaçados a ariranha e os macacos aranha, acari, caiarara, sauim-de-coleira (ou de Manaus) e o cuchiú. Na Amazônia ocorrem também grande número de espécies endêmicas (que existem apenas em uma determinada área). Por isso, um único empreendimento construído no local sem avaliação ambiental adequada pode acarretar na extinção completa de alguns grupos, exatamente pelo fato de serem endêmicos.

Rômulo Mello explica que o órgão busca reverter a tendência de perda de diversidade biológica por meio de um planejamento estratégico de ações para a conservação das espécies. Estes planos de ação têm o objetivo de identificar as espécies ameaçadas e orientar uma série de medidas de proteção que devem ser desenvolvidas pelos governos federais e estaduais, entidades civis, ONGs e órgãos licenciadores.

O ICMBio está coordenando um programa de avaliação do estado de conservação das espécies existentes hoje no País, identificando quais estão mais ameaçadas. A intenção é avaliar cerca de 10 mil espécies das 145 mil já conhecidas no Brasil atualmente. O número envolve também todas as espécies de vertebrados conhecidas e as espécies-chave de invertebrados.

Resultados - Por ser o animal mais ameaçado da região, o peixe-boi-da-amazônia ganhou um projeto de preservação que está sendo desenvolvido há mais de dez anos. Uma das metas do programa é a redução da retirada de indivíduos da natureza, o que

envolve a criação de um plano de fiscalização para combate à comercialização de subprodutos do peixe boi. Também está sendo feito o resgate de filhotes encalhados e a manutenção em cativeiro dos mesmos para o futuro retorno destes indivíduos à natureza.

As reservas extrativistas (resex) de desenvolvimento sustentável Mamirauá (AM) e Tessé (PA) desenvolvem outro projeto de peixes-boi-da-amazônia, que abrange a criação de filhotes órfãos em tanques flutuantes de madeira - visando o retorno destes indivíduos aos habitats naturais -, que conta ainda com a participação ativa de comunidades da resex sustentável Amanã (AM).

Lista - As Instruções Normativas do Ministério do Meio Ambiente de maio de 2003 e maio de 2004 listam 632 espécies de aves, répteis, mamíferos, peixes, invertebrados aquáticos e terrestres da fauna brasileira ameaçadas de extinção. Destas, apenas 29 espécies (4,52%) apresentam Planos de Ação já elaborados e publicados; 146 espécies (23,1%) possuem Planos de Ação previstos; e 450 (71,2%) ainda não possuem Planos de Ação.

O ICMBio comprometeu-se, junto à Convenção sobre Diversidade Biológica, a cumprir a meta de ter planos de ação que incluam todas as ações identificadas como necessárias para a recuperação e conservação (elaborados por bioma, ecossistemas, ameaças, táxons e espécies) que contemplem 100% das espécies ameaçadas no País. Até 2010, foram elaborados planos para 23,5% delas.

Assim, para atender às metas da Convenção sobre Diversidade Biológica, estabelecidas pela Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio) até 2014, deve haver planos de ação para pelo menos 50% das espécies ameaçadas.

A avaliação do Instituto Chico Mendes na identificação das espécies ameaçadas envolve o esforço de 700 pesquisadores, 11 sociedades científicas e todos os centros de pesquisa e conservação do ICMBio. As informações disponíveis sobre as 10 mil espécies serão compiladas e auxiliarão a elaborar diagnósticos da situação das espécies. A publicação deste diagnóstico será lançada em uma revista eletrônica do ICMBio, intitulada Biodiversidade Brasileira, que será lançada até o final deste ano.

Serviço Florestal ultrapassa 1 milhão de hectares em concessão – Sítio Eletrônico do MMA – 29/10/2010

Área refere-se a sete processos de concessão em diferentes fases nos estados de Rondônia e do Pará. Potencial produtivo de madeira é de 850 mil metros cúbicos por ano.

A área disponível para manejo florestal por concessão federal na Amazônia ultrapassou 1 milhão de hectares com o lançamento de um edital e dois pré-editais esta semana pelo Serviço Florestal Brasileiro.

"Este é um sinal para a sociedade de que as concessões não são uma ficção e de que o manejo florestal é uma técnica viável, com enorme potencial para geração de empregos, melhoria da qualidade de vida e conservação da floresta nativa", afirma o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel.

Uma floresta colocada em concessão traz um conjunto de benefícios para diversos setores da sociedade. Para o governo, representa uma forma de estimular a produção sustentável de madeira, de evitar o desmatamento e a grilagem de terras.

As comunidades ganham com a geração de empregos no local da concessão, com os investimentos em infraestrutura para os moradores locais, com os recursos destinados ao governo estadual e municipal e com o estabelecimento da economia de base florestal e dos serviços dela decorrentes.

Como a produção de madeira dentro de cada área é realizada em um sistema de rodízio, a floresta permanece de pé ao mesmo tempo em que adquire valor e gera renda. A cada ano, somente 1/30 da área de manejo da empresa vencedora da licitação é utilizada e, em cada hectare, são extraídas em torno de quatro a seis árvores.

Para a iniciativa privada, representa uma oportunidade de ter acesso à floresta legalizada em quantidade suficiente para a produção a longo prazo. "O setor madeireiro tem que aproveitar este momento. As concessões vão ajudar a separar o joio do trigo", afirma Hummel, ou seja, separar os madeireiros que querem permanecer na ilegalidade daqueles que querem trabalhar legalmente.

Localização - O estado de Rondônia foi o primeiro a receber uma concessão florestal, realizada em 96 mil hectares na Floresta Nacional (Flona) do Jamari. Há pouco mais de um mês, as atividades produtivas no local tiveram início. Também em Rondônia serão disponibilizados 112 mil hectares na Flona de Jacundá.

As concessões também têm sido feitas no Pará, que concentra cinco dos sete processos de concessão e somam mais de 960 mil hectares. A Flona Saracá-Taquera foi a primeira a ter áreas para o manejo. Os contratos referentes ao uso de 48 mil hectares foram assinados em agosto com duas empresas locais. Outros 93 mil hectares na mesma Flona estão em fase de pré-edital.

Na região da BR-163, também no estado, há um edital aberto para 210 mil hectares na Flona do Amana e foram lançados os pré-editais para 231 mil hectares na Flona do Crepori. Também está em fase de sugestões o pré-edital referente ao manejo em 380 mil hectares na Flona de Altamira.

Produção - A madeira produzida nessas áreas vai ajudar a aumentar a oferta desse produto legal na Amazônia. Somado, o potencial produtivo de todos os lotes é de cerca de 850 mil metros cúbicos de madeira por ano, o suficiente para construir mais de 100 mil casas populares feitas somente desse material.

Por ano, os contratos já assinados referentes às flonas do Jamari e do primeiro lote em Saracá-Taquera renderão R\$ 6 milhões. O valor arrecadado com as demais concessões só poderá ser conhecido terminar o processo licitatório, pois as empresas oferecem ágio em cima do preço mínimo estabelecido pelo Serviço Florestal. O somatório do preço mínimo nas concessões em andamento é de mais de R\$ 20 milhões por ano.

Futuro - Segundo o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel, as concessões poderão avançar ainda desde que sejam criadas mais florestas estaduais e federais que ajudem a aumentar as áreas de manejo disponíveis para concessão.

Outro ponto fundamental para dar robustez a essa política, diz ele, é fortalecer os órgãos que tratam do fomento e das concessões, tanto em nível federal quanto estadual. O Serviço Florestal tem trabalhado em conjunto com estados interessados em fazer concessões estaduais, como o Pará, o Amazonas, o Acre e o Amapá, para que a união de esforços traga uma nova realidade para a Amazônia.

Veja os lotes em concessão

Em operação

- Flona do Jamari (RO) - 96 mil hectares

Licitação concluída e contratos assinados

- Flona Saracá-Taquera (PA) - 48,8 mil hectares

Edital lançado

- Flona do Amaná (PA) - 210 mil hectares

Pré-editais lançados e audiência pública realizada

- Flona do Crepori (PA) - 231 mil hectares

- Flona Saracá-Taquera (PA) - lote sul - 93 mil hectares

Pré-editais lançados

- Flona de Altamira (PA) - 380 mil hectares - Flona Jacundá (RO) - 112 mil hectares

Fonte: Serviço Florestal Brasileiro

Países alcançam acordo da biodiversidade - RICARDO MIOTO – Folha de São Paulo – Ciência – 30/10/2010

Após 18 anos negociando, eles assinam o Protocolo de Nagoya, considerado maior pacto ambiental desde Kyoto

Novo tratado garante a soberania dos países sobre os seus recursos genéticos; Brasil é visto como grande vitorioso

Representantes de quase 200 países chegaram a um acordo ontem, em Nagoya (Japão), e assinaram um tratado sobre a biodiversidade.

As nações concordaram em reconhecer o direito dos países sobre a sua biodiversidade. Isso significa que países que desejarem explorar a diversidade natural (como plantas, animais ou micro-organismos) em territórios que não sejam seus terão de pedir autorização para as nações donas dos recursos.

Se estudo da fauna e da flora alheia resultar em novos produtos, como fármacos ou cosméticos, os lucros terão de ser repartidos entre quem os desenvolveu e o país de origem do recurso, conforme contrato prévio.

Se houver comunidades que utilizem os recursos genéticos tradicionalmente, como tribos indígenas, elas também terão direito de receber royalties pela exploração comercial da biodiversidade.

Os diplomatas chamam esses pontos de ABS, uma sigla em inglês para "acesso e repartição de benefícios".

VITÓRIA BRASILEIRA

As negociações para estabelecer esses pontos sobre o acesso aos recursos genéticos levaram quase 20 anos. Desde a Eco-92, no Rio de Janeiro, temas ligados à biopirataria são discutidos, e os países ricos relutavam em assinar um pacto que garantisse a soberania dos países sobre a sua biodiversidade.

Por isso, o acordo realizado agora, na COP-10 (10ª Conferência das Partes da Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica), em Nagoya, foi visto como uma grande vitória brasileira, país dono da maior biodiversidade do mundo e protagonista nas negociações no Japão.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, chefe da delegação brasileira, disse estar satisfeita.

"É realmente uma vitória. Estou certa que temos um novo arranjo para a conservação biológica. Para nós é bom, finalmente avançamos, mas não é excelente." Ela diz isso porque algumas posições brasileiras, como o efeito retroativo para direitos sobre a biodiversidade (haveria royalties por substâncias já desenvolvidas e comercializadas, por exemplo), não estão no acordo.

A ministra defendeu, porém, que algum acordo é melhor do que nenhum acordo. "É necessário entender que precisamos de conciliação, senão não há resultados."

Ela diz que o sucesso de Nagoya, com um consenso entre centenas de países, pode servir de exemplo para as negociações do clima, que seguem em Cancún, em dezembro. "Sou uma mulher pragmática e otimista."

Não foi só Teixeira que saiu de Nagoya sorrindo. O clima entre os representantes de todos os países era de comemoração pelo acordo, que parecia distante conforme as negociações avançavam pela madrugada de sexta para sábado no Japão.

"Não é só um protocolo chato. Ele se refere a bilhões de dólares da indústria farmacêutica", disse Tove Ryding, do Greenpeace.

"Se Kyoto entrou para história como o lugar onde o acordo do clima nasceu, em 1997, Nagoya terá destino similar", diz Ahmed Djoghlaif, secretário-executivo da Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica (CBD), responsável pela conferência.

Além do protocolo sobre a biodiversidade, várias metas de aumento na quantidade de terras e áreas marítimas preservadas foram estabelecidas (veja à direita).

A única ausência notável foi a dos Estados Unidos, que nunca participaram da CBD.

PRINCIPAIS PONTOS DO PROTOCOLO DE NAGOYA – Folha de São Paulo – Ciência – 30/10/2010

- Os países são soberanos sobre a sua biodiversidade e recursos genéticos (incluindo plantas, animais e micro-organismos). Nenhuma outra nação pode acessar e explorar isso sem autorização do "dono" do recurso natural
- Caso algum país crie, com recursos naturais de outro, novos produtos (como remédios), ambos devem ser "sócios" e dividir os lucros oriundos de eventual comercialização
- Esses lucros devem ser divididos, também, com as comunidades que usam o recurso tradicionalmente -caso uma multinacional desenvolva um cosmético a partir de uma planta que uma tribo indígena utilize, pagará royalties a ela
- 10% das áreas marinhas e costeiras vão virar regiões protegidas até 2020. Hoje, 1% está sob preservação
- Também até 2020, 17% das áreas terrestres devem estar protegidas. Hoje, esse valor é de 12%
- Resta, porém, um ponto de discórdia sobre os royalties de recursos naturais: países em desenvolvimento querem que eles existam inclusive para substâncias já desenvolvidas, mas os países ricos não aceitam royalties retroativos

**Convenção de Copenhague salvou Nagoya do fracasso - CLAUDIO ANGELO –
Folha de São Paulo – Ciência – 30/10/2010**

Depois de 18 anos de indigência, a Convenção da Biodiversidade das Nações Unidas enfim tem um protocolo para chamar de seu.

O acordo histórico sobre repartição de benefícios por uso da biodiversidade evitou que mais uma conferência ambiental da ONU naufragasse, menos de um ano após o fiasco das conversas sobre clima em Copenhague.

O chamado ABS vinha travado desde a gênese da convenção, na Eco-92, devido à recusa dos países ricos em cortar os benefícios de setores, como o farmacêutico, fazendo-os pagar pelo uso de espécies do Terceiro Mundo.

O Brasil, país mais biodiverso do planeta -e, portanto, ator principal em Nagoya- partiu para o tudo ou nada: só toparia as metas de proteção da biodiversidade se elas viessem num "pacote completo", que incluísse financiamento e ABS.

Dispostos a evitar o vexame de outra Copenhague, a União Europeia e os anfitriões japoneses cederam. Copenhague, por vias tortas, salvou Nagoya.

Embora o encontro no Japão forneça algum frescor moral para as negociações climáticas que recomeçam no mês que vem em Cancún, dificilmente bastará para resgatar a credibilidade do processo nas Nações Unidas.

As duas convenções, afinal, são muito diferentes em seus objetos e em suas ligações com a economia.

Não há por aí "céticos do desmatamento" bancados pelo lobby das motosserras, como há céticos do clima bancados pelo petróleo.

Além disso, os principais entraves ao acordo do clima, EUA e China, são figurantes nas conversas sobre biodiversidade. Aqueles não são nem mesmo signatários da convenção; esta, como país em desenvolvimento, tem mais a ganhar do que a perder adotando uma posição construtiva: pode abocanhar uma porção da bufunfa prometida para a conservação.

A vitória em Nagoya acontece provavelmente tarde demais para interferir na eleição de domingo. Mas a ministra Izabella Teixeira, que liderou a delegação brasileira no endurecimento crucial para o sucesso na COP-10, volta do Japão aprovada no seu primeiro teste de habilidade política -e cacifada para permanecer no cargo caso Dilma Rousseff seja eleita.

**Um acordo pela biodiversidade do planeta – Cesar Baima – O Globo – Ciência –
30/10/2010**

Reunião da ONU acerta metas para diminuir ritmo de extinção de espécies e proteger recursos genéticos

Representantes de 193 países reunidos no Japão alcançaram ontem um acordo para aumentar a proteção de áreas naturais e, assim, reduzir a perda de espécies no planeta, que viu nos últimos anos o ritmo de extinção de plantas e animais superar em até mil vezes a média histórica. Embora diversos pontos do agora intitulado Protocolo de Nagoia, referência à cidade japonesa que sediou a 10a Conferência das Partes da Convenção de Biodiversidade da Organização das Nações Unidas, tenham ficado

aquém das demandas dos países pobres e em desenvolvimento e grupos de defesa do meio ambiente, o acerto está sendo considerado histórico por alguns.

Isso porque, após quase duas décadas de discussão, o acordo garantiu pela primeira vez a implantação de mecanismos de compensação às nações e populações indígenas que contribuam com seus recursos genéticos e conhecimentos para o desenvolvimento de novos remédios, tratamentos cosméticos e alimentos por grandes empresas multinacionais, uma das principais exigências do grupo liderado pelo Brasil.

— O protocolo é uma verdadeira vitória — comemorou a ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira. — Não é o texto que nós mesmos escreveríamos, mas é um bom compromisso — acrescentou o diplomata Paulino Franco de Carvalho Neto, chefe da delegação brasileira e da Divisão de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores.

O documento só não foi assinado pelos enviados de três dos 193 países presentes: Estados Unidos, Andorra e Vaticano. Um dos maiores temores dos participantes era de que o encontro repetisse o fracasso da conferência sobre mudanças climáticas ocorrida no ano passado em Copenhague.

Proteção para 17% das terras e 10% dos mares Pelos termos do acordo, os países signatários se comprometeram a, até 2020, colocar sob proteção 17% das terras e mananciais de água e 10% dos mares. Atualmente, 13% da superfície terrestre e menos de 1% das áreas marinhas estão sob algum tipo de proteção, que podem variar de parques nacionais, santuários e reservas a locais de exploração sustentável.

Os grupos de defesa do meio ambiente, no entanto, queriam metas mais ambiciosas, de mais de 20% para a conservação de áreas em terra, e destacaram que o objetivo de proteger 10% dos oceanos já estava previsto para ser alcançado este ano.

— Em um determinado momento, parecia que tudo ia desmoronar, então o acordo é uma boa notícia — ponderou Nathalie Rey, conselheira do Greenpeace. — Mas gostaria de ter visto metas mais ambiciosas, especialmente com relação às áreas protegidas.

Outro ponto que gerou polêmica e acabou ficando para ser decidido depois é relativo ao financiamento para que os países pobres e em desenvolvimento alcancem estas metas. O Brasil e nações aliadas queriam que os países ricos investissem US\$ 200 bilhões anuais na conservação da biodiversidade, mas os mecanismos para levantar tal soma só serão acertados em novo encontro previsto para 2012, quando o Rio de Janeiro sediará a segunda Cúpula da Terra.

— As florestas e outros recursos biológicos que temos estão a serviço dos interesses gerais do meio ambiente global — argumentou Johansen Voker, representante da Agência de Proteção Ambiental da Libéria. Embora a cifra pareça astronômica — principalmente diante do compromisso já tomado pelos países ricos de angariar US\$ 100 bilhões para a luta contra as mudanças climáticas —, ela pode ser alcançada, garantiu

Chantal Jouanno, ministra da Ecologia da França. Para isso, no entanto, será necessário contar com a ajuda da iniciativa privada, afirmou. — Se vocês pensam que para resolver o problema da biodiversidade só recursos públicos serão suficientes, estão sonhando, pois os volumes são enormes — disse. — É preciso ter fundos privados também, e não só voluntários, mas obrigatórios. Se (as empresas) estão obtendo lucro com o uso da biodiversidade, é lógico e legítimo que parte desses lucros retornem à biodiversidade — defendeu. ***Com agências internacionais**

acordo no Japão:

CONSERVAÇÃO: Pelo menos 17% das terras e 10% dos mares e áreas de costa devem estar sob proteção; deve-se prevenir a extinção ou diminuição dos números das espécies que se sabem ameaçadas e melhorar seu status de conservação; a diversidade genética entre as plantas cultivadas, animais domesticados e seus contrapartes selvagens deve ser mantida.

BENEFÍCIOS PARA TODOS: Salvar e recuperar ecossistemas vitais para a saúde e boa condição de vida; tornar estes ecossistemas mais resistentes ao recuperar ao menos 15% de suas áreas degradadas de forma que possam reter carbono e conter processos de desertificação; assegurar acessos e benefícios justos pelo uso de recursos genéticos.

PLANEJAMENTO: Até 2015, todos os países devem adotar uma estratégia nacional para a biodiversidade e um plano de ação; eles também devem promover maneiras de usar os conhecimentos de populações indígenas e de comunidades locais relevantes para a proteção da biodiversidade, além de melhorar e aplicar ciências e tecnologias a ele associados; até 2020, o financiamento deve aumentar substancialmente para que estes objetivos sejam alcançados.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



NEAD

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

